

**UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM INOVAÇÃO NA COMUNICAÇÃO DE
INTERESSE PÚBLICO**

JANAINA GRACIELA MORO

**O IMPACTO DO ASSÉDIO SEXUAL E DA DISCRIMINAÇÃO DE
GÊNERO NA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE MULHERES
JORNALISTAS**

**São Caetano do Sul
2020**

JANAINA GRACIELA MORO

**O IMPACTO DO ASSÉDIO SEXUAL E DA DISCRIMINAÇÃO DE
GÊNERO NA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE MULHERES
JORNALISTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, como requisito para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Inovação na gestão e produção da comunicação de interesse público

Linha de Pesquisa: Produção da Comunicação de Interesse Público

Orientadora: Prof^a Dr^a Rebeca Nunes Guedes de Oliveira

**São Caetano do Sul
2020**

FICHA CATALOGRÁFICA

MORO, Janaina.

O Impacto do Assédio Sexual e da Discriminação de Gênero na Trajetória Profissional de Mulheres Jornalistas/ Janaina Graciela Moro – São Caetano do Sul - USCS, 2020.

107f.

Orientadora: Rebeca Nunes Guedes de Oliveira

Dissertação (mestrado) – USCS, Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Programa de Mestrado Profissional em Comunicação, 2018.

1. Comunicação de Interesse Público. 2. Gênero. Assédio. 3. Assédio Sexual. 4. Jornalismo. I. Nunes, Rebeca II. Universidade Municipal de São Caetano do Sul III. O Impacto do Assédio Sexual e da Discriminação de Gênero na Trajetória Profissional de Mulheres Jornalistas.

Reitor da Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Prof. Dr. Marcos Sidnei Bassi

Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa

Prof.^a Dra. Maria do Carmo Romeiro

Gestão do Programa de Pós-graduação em Comunicação

Prof. Dr. João Batista Freitas Cardoso

Prof.^a. Dr.^a. Priscila Ferreira Perazzo

Trabalho Final de Curso defendido e aprovado em 07/02/2020 pela Banca
Examinadora constituída pelos professores:

Profa. Dra. Rebeca Nunes Guedes de Oliveira (orientadora)

Profa. Dra. Priscila Ferreira Perazzo (USCS)

Profa. Dra. Marli dos Santos (Faculdade Cásper Líbero)

*Dedico essa dissertação à minha filha **Beatriz**, a minha mãe **Isabel**, a minha irmã **Patricia**, a minha tia **Valentina**, às minhas avós **Maria Dalva** e **Maria Inês** e minha afilhada **Isabel**. E à todas as mulheres que lutam por uma equidade social.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me conduzir no percurso dessa etapa tão importante da minha vida, agradeço imensamente à minha orientadora Dra. Rebeca Nunes Guedes de Oliveira, tão significativa nessa minha jornada e descoberta acadêmica e por toda dedicação ofertada. Aos meus pais Isabel Moro e Renato Moro por me incentivarem e servirem de fonte de inspiração. Agradeço ao meu esposo, Felipe, por me apoiar e incentivar em todos os momentos. E deixo o meu muito obrigada às mulheres jornalistas que se dispuseram a compartilhar com essa pesquisa, registrando relatos de um tema tão espinhoso e contribuindo para o seu enfrentamento.

RESUMO

Este trabalho evidencia um panorama sobre o cenário do assédio sexual sofrido por mulheres jornalistas na atualidade. Parte da perspectiva de gênero para elucidar como a discriminação de gênero e o assédio se manifestam, impactam e contribuem para as desigualdades que têm raízes históricas, perpetradas ainda na atualidade. Para entender como o assédio sexual influencia a carreira das jornalistas foram feitas entrevistas semi estruturadas com as profissionais que já passaram pelo problema. Além de uma análise de conteúdo para categorizar os resultados. O assédio sexual e a discriminação de gênero têm impacto na trajetória profissional das jornalistas, uma vez que elas, na ocasião do assédio, não têm respaldo das corporações para superar esse problema, e restam à essas profissionais, o sentimento de impotência, além da naturalização do problema. As jornalistas também se sentem em desvantagem na profissão, quando elucidam que há carreiras nichadas e, em alguns casos, precisam se esforçar mais, fatores que lhes negam a possibilidade do exercício pleno da profissão.

Palavras-Chave: Comunicação de Interesse Público. Gênero. Assédio. Assédio Sexual. Jornalismo.

ABSTRACT

This assignment is an overview of the sexual harassment faced by female Journalists nowadays. It starts from a gender perspective to clarify how gender discrimination and harassment manifest, impact and contribute to social differences. To understand how sexual harassment influences female journalists' career, semi structured interviews were conducted with these professionals. Further, an analysis was done to categorise the results. Women victim of discrimination and sexual harassment who don't have their employer's support to overcome the issue feel as though they are incapable, as well as the naturalization of the problem. Those journalists also face the drawbacks of niche career in Journalism and in some cases, they need to put extra effort to prove themselves and survive in the Journalism industry. These factors make it difficult for female Journalists to full exercise their profession.

Keywords: Communication of Public Interest. Gender. Harassment. Sexual Harassment. Journalism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Conteúdo de postagem.....	82
Figura 2	Comentários.....	83
Figura 3	Reportagem no portal da Revista Expressão.....	84
Figura 4	Reportagem jornalística.....	84
Figura 5	Reportagem no portal da Revista Mais Charme.....	85
Figura 6	Reportagem jornalística.....	85
Figura 7	Assédio.....	86
Figura 8	Assédio.....	90
Figura 9	Assédio.....	93
Figura 10	Portal da blogueira Mah Gomes.....	94
Figura 11	Comentários.....	95

LISTA DE SIGLAS

ABRAJI	Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo
GP	Grupo de Planejamento
ACTIONAID	Organização Internacional que Trabalha por Justiça Social, Igualdade de Gênero e pelo fim da Pobreza
USP	Universidade de São Paulo
OMS	Organização Mundial da Saúde
OMT	Organização Mundial do Trabalho
MPT	Ministério Público do Trabalho
OPAS	Organização PAN Americana da Saúde
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	23
1.1 Descrição do Tema – Origem do estudo.....	23
1.2 Problematização e pergunta problema.....	24
1.3 Objetivos	27
1.3.1 Objetivo Geral:	27
1.3.2 Objetivos específicos.....	27
1.4 Justificativa da pesquisa.....	28
1.5 Relação do tema com a comunicação de interesse público.....	29
1.6 Vínculos com área de Concentração e Linha de Pesquisa 2	30
CAPÍTULO II - REFERENCIAL CONCEITUAL	31
2.1 Feminismo, gênero e cidadania das mulheres: uma história em construção	31
2.2 A história por trás da dominação: o assédio sexual é uma violência de gênero.....	37
2.3 Gênero, trabalho e assédio	42
2.4 Gênero, mulher e trabalho: uma aproximação com a trajetória das mulheres no jornalismo	45
CAPITULO III - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	50
3.1 Caracterização do estudo.....	50
3.2 Cenário, participantes e produção do material empírico	50
3.2.1 Critérios de escolha.....	51
3.2.2 Perfil das jornalistas entrevistadas	51
3.2.3 Roteiro.....	52
3.3 Tratamento e análise dos dados	52
CAPÍTULO IV - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	54
4.1 Cerceamento e naturalização de desigualdades de gênero na trajetória profissional de mulheres jornalistas	54

4.2 Da violência simbólica ao assédio sexual: as múltiplas faces de manifestação da violência de gênero contra mulheres jornalistas.....	60
4.3 Limites e possibilidades do enfrentamento do assédio sexual contra mulheres no jornalismo.....	71
CAPÍTULO V - PROPOSTA DE INTERVENÇÃO OU APLICAÇÃO.....	81
5.1 O assédio moral e sexual no ambiente de trabalho	87
5.2 As mulheres são as principais vítimas do assédio	87
5.3 O assédio no Jornalismo é tema de discussão acadêmica.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS.....	99
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA.....	106

1. INTRODUÇÃO

1.1 Descrição do Tema – Origem do estudo

Desponta nos dias atuais uma nova geração de mulheres jornalistas que se utilizam de mobilizações nas redes sociais para levantar a bandeira contra o assédio sexual no ambiente jornalístico. De fato, essa militância foi evidenciada, principalmente no ano de 2018, através das muitas *trending topics* das redes sociais, sobre as hashtags: #jornalistascontraoassedio, #ChegaDeAssédio, #Chegadefiu, #Primeiroassedio, #DeixaElaTrabalhar, #jornalistascontraoassedio.

A discussão repercutida massivamente na esfera digital aponta uma realidade também refletida em números. Assis (2017), em seu artigo “*Pesquisa inédita da Gênero e Número e da Abraj traz retrato do machismo no jornalismo brasileiro*”, aponta que 70,4% das jornalistas respondentes disseram já terem sido alvo de abordagens de homens durante o exercício da profissão que as deixaram desconfortáveis.

Os resultados mostram a presença de atitudes sexistas em redações em todo o país, que vão desde a distribuição de pautas com base em estereótipos de gênero, até o assédio sexual perpetrado por colegas e superiores, sem uma resposta adequada das empresas (ASSIS, 2017, p.3).

Além da emergência da problemática na atualidade, a mobilização do tema assédio sexual como assunto da presente investigação advém de minha experiência profissional como jornalista, editora-chefe há mais de doze anos, em veículo de comunicação massivo. A vivência pessoal, assim como a observação empírica de situações de assédio sexual sofrida por colegas de profissão suscitou o interesse na investigação acerca do problema.

Desde as entrevistas de emprego no início de minha carreira, até as investidas sexuais por parte das fontes entrevistadas em minha jornada profissional, essas experiências apontam para a percepção sobre o cenário do assédio e mostram que o chamado *casting couch* (teste do sofá) conhecido entre as celebridades, abrange também o meio jornalístico. Quem não cede, pode deixar de ser promovida, deixar de

receber as melhores pautas, deixar de ir a viagens importantes e ter promoções salariais. Esse jogo de “favores, privilégios e consequências” permeiam e impactam a realidade de mulheres na esfera do trabalho.

Assim, o presente estudo recorta como problema de realidade o **assédio sexual no trabalho, enquanto fenômeno que cerceia possibilidades de exercício pleno da carreira profissional pelas mulheres nessa área, cuja inserção já é permeada pelas marcas da discriminação de gênero.**

Em síntese, por estar inserida neste contexto, tive conhecimento de histórias envolvendo situações de ameaça e retaliação. Os relatos até mesmo chocam, com o fenômeno sendo perpetrado por empregadores, colegas de trabalho e fontes de entrevistas. Diante desse cenário despertou-me a curiosidade e o desejo em pesquisar sobre esse problema.

1.2 Problematização e pergunta problema

O assédio sexual no trabalho não constitui um problema exclusivo do campo do jornalismo, mas, nesse cenário, atinge preponderantemente as mulheres. A pesquisa *“Hostilidade, silêncio e omissão: o retrato do assédio no mercado de comunicação de São Paulo”*, do Grupo de Planejamento, ou GP, uma organização sem fins lucrativos, administrada voluntariamente por profissionais de comunicação ouviu 1.400 profissionais do mercado de publicidade e propaganda em São Paulo e revelou que, nesse setor, 67% das mulheres e 52% dos homens disseram já terem sido vítimas de assédio sexual, enquanto 97% já presenciaram alguma situação do tipo em seu ambiente de trabalho (PRIETO, 2017).

A problemática do assédio atinge de modo contundente as mulheres jornalistas, ao ponto de, no ano de 2019, em Brasília, a organização não governamental “Coletivo Mulheres Jornalistas do DF” ter realizado uma pesquisa aberta às jornalistas de todos os lugares do Brasil.

O movimento também lançou a campanha "Assédio sexual não faz parte do trabalho. Denuncie!". Divulgada nas mídias sociais, com o objetivo de sensibilizar a comunidade jornalística sobre o que de fato é assédio, porque segundo entrevista com

Renata Maffezoli, coordenadora do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF e integrante do Coletivo para o Portal Imprensa, muitas vezes as pessoas assediam até sem perceber, por ser tão naturalizado (PORTAL IMPRENSA, 2019).

Com efeito, em visão mais abrangente, no Brasil segundo pesquisa da Datafolha realizada em 29/11/2017 uma parcela de 42% das brasileiras com 16 anos ou mais declara já ter sido vítima de assédio sexual. De forma geral, é mais comum o relato de assédio entre as mais escolarizadas (57%) e de renda mais alta (58% na faixa com renda mensal familiar acima de 10 salários) do que entre aquelas que estudaram até o ensino fundamental (26%) ou estão na faixa de renda familiar mais baixa, de até 2 salários (38%). Além disso, a taxa de católicas que declararam ter sofrido assédio (32%) fica abaixo da registrada entre evangélicos (47%) e mulheres sem religião (68%) (DATAFOLHA, 2018).

No cenário internacional, o problema também aparece de forma semelhante. Ao final de novembro de 2017, um grupo de pesquisadores na Columbia Journalism Review identificou que, de um total de 310 jornalistas (entre contratados e freelancers trabalhando nos Estados Unidos e em outros países), 66% disseram que sua organização havia uma política clara de combate ao assédio sexual. Porém só 21% disseram entender perfeitamente essa política. “Além disso 80% dos profissionais independentes disseram que, se quisessem denunciar um episódio de assédio sexual não saberiam como fazê-lo”, (LUCENA, 2018, p. 32).

Outra pesquisa da ActionAid – organização internacional de combate à pobreza – realizada em 2019, revela que o tema é preocupante porque as mulheres sofrem com o assédio desde a adolescência. Por meio de entrevistas com meninos e meninas de 14 a 21 anos de quatro países pesquisados: Brasil, Quênia, Índia e Reino Unido, constatou-se que 53% das brasileiras dessa faixa etária disseram se preocupar com assédio ‘todos os dias’. O resultado é mais do que o dobro comparado a mesma pesquisa realizada no Quênia (24%) e cerca de três vezes maior do que na Índia (16%) e no Reino Unido (14%). No Brasil, quase 9 em cada 10 jovens testemunharam algum tipo de ofensa contra meninas nos últimos seis meses. Essa exposição ocorreu principalmente com a família (39%) e amigos (34%). Questionados onde viram, o grupo brasileiro listou redes sociais (55%), filmes ou programas de TV (43%), letras de

músicas (34%), e famosos (23%). A referida pesquisa caracterizou assédio como “comentários indesejados ou impertinentes ou aproximação física”. A lista inclui cantadas, assobios, beijos à força, apalpadinhas e comentários depreciativos feitos em público ou nas redes sociais (ACTIONAID, 2019).

O medo diário do assédio afeta 41% das adolescentes brasileiras que tem entre 14 e 16 anos. Entre as que tem entre 17 e 19 anos, essa taxa sobe para 56%, chegando a 61% na faixa de 20 a 21 anos. Esse crescimento sugere que a consciência sobre os riscos aumenta com o passar dos anos. As agressões variam entre assédio verbal (41%); assobios (39%); comentários negativos sobre aparência em público (22%) e nas redes sociais (15%); pedidos de envio de mensagens de texto com teor sexual (15%); piadas com teor sexual em público (12%) e nas redes sociais (8%); beijos forçados (8%); apalpadinhas (5%); fotos tiradas por baixo da saia (4%) e fotos íntimas vazadas nas redes sociais (2%). No Brasil, uma proporção maior de jovens (44%) disse acreditar que os assédios testemunhados aconteceram porque o agressor acreditava que a vítima o tomaria por um elogio. Ou então, ficaria feliz por alguém considerá-la atraente. O objetivo da pesquisa era descobrir onde, quando e como começa a exposição à misoginia, e como ocorrem as experiências de assédio sexual na adolescência (ACTIONAID, 2019).

Além disso, de acordo com a reportagem: “Pesquisas sobre Violência de Gênero não existem no Brasil”, em entrevista ao Portal da USP, a socióloga Wânia Passinato (2018), assessora do USP Mulheres e assessora Técnica da ONU Mulheres, na área de enfrentamento à violência contra mulheres, explica que a violência contra a mulher é vista como um problema secundário e não assume a dimensão política que deveria. Para a socióloga, desde os anos de 1980, tanto a Universidade de São Paulo (USP) quanto outras instituições brasileiras já produziram muitas pesquisas sobre essa temática, mas são estudos pontuais de uma realidade reduzida, o que os tornam insuficientes em um país como o Brasil (USP, 2018).

Diante do cenário exposto, a relevância e atualidade do tema, além da escassez de trabalhos acadêmicos que abordem políticas e práticas de prevenção e enfrentamento do assédio sexual contra mulheres no campo do jornalismo, leva a questionar:

Como o assédio sexual e a discriminação de gênero impactam a trajetória das mulheres no jornalismo, segundo a concepção das jornalistas que vivenciaram o problema? O presente estudo se propõe a desvelar e analisar as narrativas de mulheres jornalistas que vivenciaram assédio sexual no trabalho. Além disso, o estudo vislumbra levantar estratégias de enfrentamento que as jornalistas mobilizam a partir da vivência do assédio, no sentido de identificar limites e possibilidades das empresas jornalísticas no que concerne a estratégias de prevenção e enfrentamento do problema.

Para responder o questionamento levantado, o estudo propõe os objetivos listados a seguir:

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral:

Entender como o assédio sexual e a discriminação de gênero impactam a trajetória das mulheres no jornalismo, segundo a concepção de jornalistas que vivenciaram o problema.

1.3.2 Objetivos específicos

- 1.** Investigar a percepção das jornalistas sobre o assédio sexual e a discriminação de gênero vivenciados em sua trajetória profissional.
- 2.** Identificar estratégias de enfrentamento mobilizadas por mulheres jornalistas nas ocasiões de vivência do assédio sexual no trabalho.
- 3.** Desenvolver um produto comunicacional no formato de reportagem para dar visibilidade à problemática do assédio sexual na trajetória de mulheres no jornalismo

1.4 Justificativa da pesquisa

A partir dos dados previamente apresentados na problematização, partimos do pressuposto que o assédio sexual consiste em um problema que vitimiza sobremaneira as mulheres. No jornalismo, o fenômeno assume significados que relacionam o problema às questões de gênero que permeiam a história das mulheres e da profissão. Sendo um fenômeno historicamente determinado pela desigualdade de poder fundamentada no gênero, que na esfera do trabalho se soma à subalternidade de classe social e institucional, torna-se premente descortinar e compreender a percepção das jornalistas em relação às suas vivências, assim como enfrentaram o problema, no sentido de pensar em estratégias que contribuam para o combate ao problema.

O assédio sexual consiste em um fenômeno socialmente naturalizado, contraditório e, portanto, muitas vezes invisibilizado, enquanto um problema que exige a adoção de políticas de reconhecimento e enfrentamento no campo do trabalho jornalístico. A efervescência de manifestações sobre o tema na esfera da internet tem ampliado o debate e o reconhecimento do problema, principalmente quando assume formas mais graves e evidentes de manifestação.

Contudo, no cotidiano do trabalho materializado no interior das organizações jornalísticas, o fenômeno ainda é silenciado, de modo que o fervor do debate no campo digital parece não ter se traduzido ainda em práticas de prevenção e enfrentamento implementadas no interior das empresas.

Nesse sentido, se faz importante dar visibilidade social ao problema, bem como mapear as estratégias de enfrentamento mobilizadas pelas mulheres jornalistas, nas ocasiões de vivência do assédio, para compreender os limites e possibilidades das corporações frente ao problema, que se mostra cada vez mais exposto na sociedade atual. Assim, o estudo se propõe a captar a realidade do assédio sexual vivenciado pelas jornalistas e seu impacto na trajetória de vida e no trabalho dessas mulheres, no sentido de fundamentar o desenvolvimento de estratégia comunicacional para dar visibilidade social ao fenômeno e subsídio a estratégias de reconhecimento, prevenção e enfrentamento.

1.5 Relação do tema com a comunicação de interesse público

Antes de estabelecer uma conexão entre o tema deste objeto de pesquisa com a comunicação de interesse público é importante ressaltar que o conceito de Comunicação Pública, no Brasil é recente e tem a sua percepção associada à compreensão da esfera pública habermasiana, no qual o “público” contesta livremente, ao mesmo tempo que sofre a influência dos setores compostos pelo sistema vigente (KOÇOUSKI, 2012).

Habermas (2012) introduz a Comunicação de Interesse Público como um entendimento ao conteúdo das conversações cotidianas que acontecem na esfera (ou espaço) público. Segundo ele, “esfera pública é um estruturante discursivo social que permeia conversações cotidianas, ou ainda “um fenômeno social elementar” e não uma ferramenta do discurso individual, institucional ou coletivo”.

Portanto, Habermas aborda na Europa Ocidental um novo conceito de opinião pública. Para o autor o intercâmbio de informações por parte de grupos menores, em pequenos espaços de discussões cotidianos, como cafés, salas de visitas, clubes, escolas, fazem com que os indivíduos se arquetem em um grande debate, propiciado, pelos meios de comunicação, fazendo surgir a opinião pública de uma sociedade inteira (HABERMANS, 2012).

Com efeito, Koçouski (2012) lembra que alguns pesquisadores italianos costumam ambientar o conceito de comunicação pública a partir de uma “nova esfera pública”, no qual as organizações assumem papéis de emissoras de informação, antes assumido exclusivamente pelo universo dos meios.

Diante do exposto, o assédio sexual entre mulheres jornalistas constitui um fenômeno da sociedade atual que vem compondo um movimento crescente de mobilização social e fomento do debate acerca do tema na esfera pública. De modo que desponta a necessidade de estratégias comunicacionais inovadoras que possibilitem a visibilidade social e vislumbrem o enfrentamento do problema do assédio sexual no trabalho como questão de interesse público.

1.6 Vínculos com área de Concentração e Linha de Pesquisa 2

Este trabalho visa desenvolver um produto comunicacional inovador com o intuito de promover ações de intervenção social seja em organizações públicas, nos setores produtivos ou terceiro setor.

Na Lei de Inovação encontra-se a seguinte definição: “Inovação: introdução de novidade ou aperfeiçoamento produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços” (ROSSETTI, 2013, p. 66).

Entre as categorias de inovação se encontram a inovação ativa, cujo agente é o sujeito inovador. “No campo da comunicação, este sujeito inovador diz respeito aos agentes envolvidos no processo de comunicação (como o emissor e o receptor) e diz respeito também às novas visões teóricas da comunicação” (ROSSETTI, 2013, p. 70). Assim, o resgate das histórias silenciadas das jornalistas assediadas reúne tanto o critério de interesse público, como apresenta o conceito de inovação, já que a Linha 2 - Produção e Recepção da Informação Pública, no qual se concentra esse projeto congrega estudos direcionados à prática da comunicação no campo social, com foco em processos inovadores de criação, produção, difusão e recepção de informação de interesse público.

CAPÍTULO II - REFERENCIAL CONCEITUAL

2.1 Feminismo, gênero e cidadania das mulheres: uma história em construção

As razões pelas quais os números mostram o assédio sexual e moral vivenciado por mulheres ainda ser alto na contemporaneidade pode ser compreendida, em parte ao voltarmos nosso olhar à Construção Social dos Papéis Sexuais Femininos e retornarmos ao Brasil, no período colonial. Para DeSouza; Baldwin, et al (2000), o tema principal das relações de gênero durante a colonização é a miscigenação, porque a maioria dos colonizadores portugueses mantiveram relações sexuais, com mulheres indígenas e escravas africanas, vistas como trabalhadoras e objeto sexual. Essa dominação era feita livremente, sem o olhar das mulheres portuguesas, que nesse primeiro momento eram escassas, além disso, os colonizadores se sentiam livres, porque não estavam sujeitos nem ao fervor católico dos espanhóis, nem à inibição virtuosa dos protestantes ingleses.

Quando as mulheres brancas chegaram durante a era Colonial, elas mantiveram o arquétipo do modelo de Maria elas eram assexuadas; suas vidas restritas aos limites da casa ou da Igreja. As mulheres eram estereotipadas como fracas, submissas, passivas e sem poder na área pública. Em vez de receber uma educação formal, elas eram treinadas para o casamento (da COSTA, 1985, apud MCCANN & CONNIFF, 1989, p. XII) para administrar a casa, criar os filhos, e tolerar as relações extramatrimoniais do marido com as escravas (DESOUZA; BALDWIN *et al*, 2000, p.485-496).

DeSouza; Baldwin, et al. (2000) lembram que, na virada do século, as mulheres passaram a trabalhar em ferrovias, atividades telegráficas, correios, enfermagem e secretariado e na área de produção. Eram professoras nas escolas primárias porque o magistério era uma extensão natural do papel das mulheres como cuidadoras, mantendo o arquétipo do modelo de Maria.

Embora as condições de trabalho fossem terríveis e discriminatórias. Por exemplo, mulheres não tinham direito a férias remuneradas ou segurança no trabalho e sua jornada chegava a 16 horas de trabalho diárias, embora, para muitos homens, a carga horária diária já havia sido reduzida para oito horas (BURNS, 1993 apud HALL & GARCIA, 1989). Os supervisores frequentemente usavam a força contra mulheres e crianças. (DESOUZA; BALDWIN *et al*, 2000, pp.485-496).

Os movimentos sociais no Ocidente nasceram das mudanças na sociedade promovidas pela industrialização e avanço do capitalismo, por meio da necessidade de produção. Nas fábricas se almejavam melhores condições de trabalho, de acesso à educação e igualdade social (HENN e SCHERER *et al*, 2018).

Henn e Scherer *et al*. (2018) lembram que o início do movimento feminista nasce dentro deste contexto, no século XIX, quando, as mulheres passaram a desafiar o poder patriarcal masculino e a reivindicar direitos como voto, educação e emancipação feminina, tendo surgido no contexto das ideias iluministas, onde se levava para o espaço público, discussões antes próprias do espaço privado.

Barros e Palhano (2018) demarcam os movimentos sociais formados por mulheres a partir dos anos 1960, especialmente nos Estados Unidos, em meio a luta dos Direitos Civis e na França em meio as mobilizações de “Maio de 68”, sendo apenas no ano de 1975, definido pela ONU como o Ano Internacional da Mulher que a classe passou a ter formalmente mais reivindicações.

Blay (2003) coloca que nessa época organismos internacionais começaram a se mobilizar em torno da violência contra a mulher. Contudo, a Comissão de Direitos Humanos da própria ONU, apenas, na Reunião de Viena de 1993, incluiu um capítulo de denúncia sobre medidas para coibir a violência de gênero.

As desigualdades de gênero também podem ser verificadas nas Leis. No Brasil, sob o pretexto do adultério, o assassinato de mulheres era legítimo antes da República. Pelo livro V das *Ordenações Filipinas*, o Código Criminal de 1830 atenuava o homicídio praticado pelo marido quando houvesse adultério. A mesma situação por parte do marido constituía concubinato e não adultério. (BLAY, 2003).

Além disso, outro exemplo da sujeição da mulher ao homem em nossa constituição é o fato de ser recente, de 1962 a alteração dos Direitos da Mulher Casada

livrando-a, parcialmente, da sujeição ao marido que, mesmo desaparecido, continuava a deter poder sobre os bens e os filhos do casal (BLAY, 2001).

Na década de 70, em meio as discussões dos direitos das mulheres se destacou a Revista Feminina, fundada por Virginia de Souza Salles, que circulou no Brasil entre 1914 e 1936, e dentre suas contribuições se posicionaram contra o assassinato de mulheres, em favor do voto universal, do trabalho e da educação, dividia o feminismo entre bem e mal, além de pregar a manutenção da mulher no ambiente doméstico (BARROS; PALHANO, 2018).

Anna Rita Malheiros uma importante colunista do periódico durante os primeiros anos de sua publicação afirmou em sua coluna: O feminismo pelo qual nos batemos é o que tende a melhorar as condições da mulher brasileira, mantendo-a, porém, a escrava do seu lar, esposa amantíssima mãe carinhosa, submissa aos seus deveres de honra como mulher e como esposa (BARROS; PALHANO, 2018, p.46).

Ainda sobre a contribuição feminista não podemos esquecer que, no Brasil dos anos 70, havia uma contestação à ordem política instituída no país, desde o golpe militar de 1964, no qual o país passava por uma ditadura militar, sob comando de sucessivos governos militares, o que deu ao movimento características próprias. “Uma parte expressiva dos grupos feministas estava articulada às organizações de influência marxista, clandestinas à época, e fortemente comprometida com a oposição à ditadura militar” (SARTI, 2004, p.36).

Isso significa que a presença das mulheres na luta armada a tirava da posição tradicionalmente a ela designada. Além de se posicionarem em relação ao comportamento sexual que questionava a questão da virgindade e a instituição do casamento, se colocando em igualdade com os homens (SARTI, 2004).

Para Sarti (2005), além desses outros fatores contribuíram para a eclosão do feminismo no Brasil, o surgimento de estudos sobre a mulher no âmbito acadêmico, favorecendo a discussão da condição feminina no cenário internacional, especialmente das europeias e norte-americanas.

O pensamento feminista, portanto, tende a ser um conjunto de diferentes correntes teóricas, com múltiplas concepções e pontos de vista; caracteriza-se por ser uma prática política e cultural que busca mudar as estruturas desiguais de poder na sociedade, que luta contra inimigos comuns, como o patriarcado, o sexismo, a exploração, a discriminação, homofobia e outros. Trata-se do esforço de uma comunidade interdisciplinar, que inclui estudiosos de várias áreas como sociologia, antropologia, educação, serviço social, saúde, direito, filosofia, história, psicologia e outras” (LISBOA, 2010, p.70).

Os estudos de gênero surgiram como uma continuidade dos movimentos feministas. A utilização do termo gênero conferiu novas nuances nas discussões, antes pautadas na militância, para uma ampliação de caráter também analítico, o que se levou a inaugurar um novo campo teórico-metodológico no campo feminista (Scott, 1995; CONCEIÇÃO, 2009).

No final dos anos 1970 gênero é conceituado como a construção social das identidades sexuais (SCOTT; 1990). Esta categorização foi importante por colocar em pauta as tendências universais do masculino e feminino com embasamentos históricos e culturais, o que representou um avanço nos estudos feministas por trazer uma desconstrução e desnaturalização desses papéis.

Mas foi na Filosofia e na Literatura, em 1949, que o livro *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, abriu um debate político mais radical lançando as matrizes teóricas de uma nova etapa do feminismo. Conforme Sylvie Chaperon, “Beauvoir contesta todo determinismo biológico ou desígnio divino e retoma a perspectiva hegeliana: ‘ser é tornar-se, é ter sido feito tal como nós nos mostramos’”, que resultou em sua célebre ideia de que não se nasce mulher, mas se torna mulher. Pode-se dizer que essa constatação lançou a primeira semente para os estudos de gênero, já que ela distingue o componente social do sexo feminino de seu aspecto biológico, ainda sem conceituar ‘gênero. (SCAVONNI, 2008, p.173- 186).

Sottomayor (2015) compreende gênero como categoria de análise e orienta que Gênero é um termo do qual designa os papéis, os comportamentos, as atividades e as atribuições socialmente construídas que uma sociedade considera apropriadas para as mulheres e para os homens. Guacira (1997) refere que todas as palavras não nos revelam imediata e diretamente o que significam. Isso fica evidente quando nos referimos a gênero. No pensamento filosófico de Jacques Derrida, que conceituou a

teoria da “desconstrução”, as palavras não têm a capacidade de expressar tudo o que se quer por elas exprimir. As palavras ou conceitos não comunicam o que prometem.

Scott (1995) também recorre ao pensamento do filósofo em sua obra mais famosa “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”, em que afirma que as pessoas que se propõem a codificar os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida, uma vez que as palavras, bem como as ideias e as coisas que pretendem significar, têm uma história (SCOTT, 1995). Igualmente, essa reflexão é necessária para explicar a relação entre sexo biológico e papéis construídos culturalmente para mulheres e homens.

A análise, gênero deve ser compreendida como convenção social histórica e culturalmente motivada pelas diferenças sexuais de caráter relacional. Dessa forma, gênero enquanto categoria de análise incide de forma transversal sobre outras categorias sociais, econômicas, culturais e etc., porque possibilita compreender que homens e mulheres vivenciam experiências e relações de forma diferenciada, e que tais diferenças não são apenas relativas ao sexo, mas também em função das relações entre gênero e classe social, entre gênero e raça, dentre outras (FUKUDA, 2012, p.2).

Para Butler (2003) gênero é algo culturalmente construído e, portanto, não é causa do sexo, dessa forma o indivíduo é contradito pela distinção que abre espaço ao gênero com diversas explicações do sexo. Assim, supor a estabilidade do sexo binário propõem que a construção de homens se aplique exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo mulheres interprete somente corpos femininos. Dessa forma, mesmo que os sexos pareçam binários em sua morfologia, não se justifica que os gêneros sejam apenas dois. A autora, a partir da teoria Queer, critica o modelo binário de gênero visa incorporar as diversas formas de expressão do indivíduo (BUTLER, 2003).

Lisboa (2010) recorda que para entender de onde surgiu o conceito de gênero como categoria de análise histórica é preciso retomar a década de 60 quando começava a corrente feminista e relembra que a teoria feminista está galgada nas relações de gênero e pesquisa a situação de homens e mulheres, sob uma perspectiva focada nas mulheres.

Os estudos feministas antes da elaboração do conceito de gênero como categoria de análise tinham a preocupação de construir explicações das causas

universais ou das origens da opressão feminina. Segundo Conceição (2009, p.741) “Hoje se entende que procurar causas universais, origens, é incorrer no essencialismo. Neste cenário o conceito de gênero teve um grande impacto no combate ao determinismo biológico”.

Assim, os debates de antes que se centravam em encontrar as causas da opressão feminina, no patriarcado e capitalismo, tornando o movimento liberal, socialista e radical, ganhou uma problematização da questão com o debate do feminismo negro que acarretou na problematização da questão. Passou-se a articular gênero, raça e classe e nas diferenças entre mulheres, não mais apenas nas desigualdades entre homens e mulheres (CONCEIÇÃO, 2009).

Concordam com este cenário Reis e Costa (2018) e trazem ao debate o conceito de interseccionalidade, que tem sido bastante utilizado pelas feministas negras para compreender o fenômeno da articulação entre raça, gênero, sexualidade, classe e regionalidade na vida das mulheres. Como um sistema de múltiplas de discriminações, promovendo dinâmicas de interação entre dois ou mais eixos de subordinação.

Desse modo, a perspectiva de gênero centra-se no reconhecimento da diversidade de gênero e de posições sociais que implicam na reconstrução de uma humanidade diversa e democrática.

Para Lagarde (2018) a inclusão da perspectiva de gênero na elaboração de políticas públicas, têm possibilitado a visibilidade da problemática que envolve as mulheres, no entanto, a adoção desta perspectiva, necessita um ciclo evolutivo cultural e intelectual além da superação da lógica binária. Nessa perspectiva se dará a construção de uma nova ordem relacional entre homens e mulheres, de forma equitativa e justa.

Portanto, para Lisboa (2010) no ano de 1990, ganha expressão a categoria gênero, principalmente no setor acadêmico substituindo os “estudos feministas” pelos “estudos de gênero”. A autora concorda que os estudos de gênero têm contribuído para decifrar alguns questionamentos, entre eles:

Por que ao longo da história, a diferença sexual tem sido a principal causa da subordinação feminina? Como entender os altos índices de violência contra mulheres e abuso sexual contra meninas? Por que as experiências de mulheres e de homens têm sido construídas de forma

diferenciada? O que explica as hierarquias sexuais e as distribuições desiguais de poder na sociedade? Como se assumem identidades femininas e masculinas consideradas fora do padrão de “normalidade” estabelecido pela sociedade? (LISBOA, 2010, p. 72).

2.2 A história por trás da dominação: o assédio sexual é uma violência de gênero

Para Safiotti (2001) a violência de gênero é um conceito amplo, no qual embarca vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. No paradigma patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta social das mulheres recebendo tolerância da sociedade para punir o que julgar como impróprio. Portanto, a dominação e exploração realizada pela categoria social homens necessita que a sua capacidade de comando seja auxiliada pela violência (SAFIOTTI, 2001).

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção:6 a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la.7 A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos. (BOURDIEU, 1998, p.18).

Dessa forma, a violência contra a mulher é resultado da naturalização da desigualdade entre os sexos, que se abanca nas categorias hierárquicas historicamente construídas. Essa classificação conduz a sujeição das mulheres nas relações de gênero, colocando-as em posição inferiores, pela razão de ser biologicamente distintas (GUEDES; FONSECA, 2011).

A Organização Pan-Americana da Saúde (2018), revela que a violência contra as mulheres é um grande problema de saúde pública e de violação dos direitos humanos das mulheres. A prevalência da violência física e/ou sexual, no entanto, varia entre os

países da região. Em alguns deles, esse tipo de violência afeta 14% das mulheres com idade entre 15 e 49 anos em algum momento de suas vidas, enquanto em outros pode afetar mais de 60% da população feminina (OPAS/OMS, 2018).

Estimativas globais publicadas pela OMS indicam que aproximadamente uma em cada três mulheres (35%) em todo o mundo sofreram violência física e/ou sexual por parte do parceiro ou de terceiros durante a vida. (OPAS/OMS, 2018). Segundo o Atlas da Violência de 2018, em 2016, 4.645 mulheres foram assassinadas no país, o que representa uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras. Em dez anos, observou-se um aumento de 6,4%. (IPEA, 2018).

Para Schireiber (2005) desde o início da década de 70, a violência contra a mulher tem crescido e recebido formas distintas de aparições, como: assassinatos, estupros, agressões físicas e sexuais, abusos emocionais, prostituição forçada, mutilação genital, violência racial, por causa de dote ou por opção sexual. A violência se revela por vários perpetradores: parceiros, familiares, conhecidos, estranhos ou agentes do Estado.

Todavia, o palco da submissão feminina é também um campo de luta para o reconhecimento de seu estatuto de sujeito de sua história ao lado dos homens e não apenas de conformismo com a condição de sujeito objetado que tem o significado identificado com um objeto (GUEDES et al, p.376, 2007).

Além disso, vale-se do conceito de dominação-exploração ou exploração-dominação, porque se idealiza o procedimento de sujeição de uma categoria social com duas extensões: a da dominação e a da exploração. (SAFFIOTI, 2001).

Para Guedes *et al* (2007) embora as culturas tenham atribuído distintos significados à violência levando em consideração a época e localidade, alguns aspectos da violência são percebidos em suas semelhanças.

O conceito de poder é crucial para entender as relações de desigualdade de gênero, a fim de desmistificar a oposição entre dominadores, os homens, e dominadas, as mulheres. Contudo lembra não ser tão simples evidenciar as nuances que encobre as relações desiguais entre homens e mulheres, estando imersas pelas relações de poder (SAFFIOTI, 2004).

Tilly (1994) coloca que, ainda que definidas pelo sexo, as mulheres são além de uma simples categoria biológica, embora tenham idades, classes sociais, nações diferentes suas vidas são modeladas por diferentes regras sociais e costumes, em um meio no qual se configuram crenças e opiniões decorrentes de estruturas de poder.

Diante do exposto, procuramos buscar nas origens das relações desiguais de poder determinadas pelo gênero e pela ideologia patriarcal os pressupostos teóricos que permitam compreender o assédio praticado contra as mulheres enquanto um tipo de violência de gênero, ou seja, um tipo de violência que é determinada pelo lugar social imposto às mulheres em função da diferenciação sexual.

Como se opera o poder? Por que as pessoas acham normal e legitimam certas formas de dominação? Essas são questões centrais aos autores Foucault (1984) e Bourdieu (1999).

Para Bourdieu (1999) na dominação masculina, a forma em que é imposta e vivenciada há um excelente exemplo de submissão paradoxal resultante daquilo que convencionou chamar de violência simbólica e invisível às suas próprias vítimas que se exerce pelas vias simbólicas da comunicação e do conhecimento de que se compõem a sociedade.

Bourdieu (1999) a partir de uma análise do mundo fundamentada em uma visão dicotômica, ou seja, senhores X escravo, patrões X empregados, homens X mulheres afirma que quem vai estruturar essa dicotomia é quem vai vencer essa disputa de poder. Segundo o autor as pessoas aceitam ser dominadas porque acham natural e legítimo.

Uma das críticas feministas mais recorrentes à sua teoria da dominação masculina refere-se ao pressuposto da 'incorporação' e da 'aceitação' que os dominados (no caso, as mulheres) teriam para com os dominantes (no caso, os homens) pelo fato de terem internalizado em seus corpos os esquemas de dominação como Habitus, isto é, sistemas de disposições adquiridas que internalizam as estruturas sociais. As críticas a essa análise costumam considerar que as mulheres apareceriam como responsáveis da dominação. Em contrapartida, os conceitos da sociologia de Bourdieu foram e são utilizados, frequentemente, em estudos e pesquisas acadêmicas e militantes de cunho feminista, particularmente, os relacionados a dominação, poder e violência simbólica, a trabalho e a condições de sua reprodução, e a

própria noção de habitus, de campo, entre outros, para o entendimento da permanência da dominação masculina (SCAVONI, 2008, p.182).

Assim, Scavoni (2008) lembra que dos autores contemporâneos, Michel Foucault teve com sua teoria uma maior conversa com o feminismo, devido a sua discussão a respeito da sexualidade e a concepção de sujeitos disciplinados.

Quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força da proibição. Ora, creio ser esta uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 1978, p.36).

Socialmente as diferenças entre homens e mulheres mais do que contextos de comportamento e diferenças biológicas, manifestam-se profundamente desiguais. A mídia, livros de autoajuda, o debate cotidiano, até mesmo com sátiras às diferenças oferecem frequentemente enfoque para essa temática, homem e mulher, no entanto, sem a profundidade exigida, inclusive no que diz respeito ao conflito e a relação de poder por trás de tais representações sexuais (FUKUDA, 2012).

Segundo a Organização Mundial do Trabalho (2017) considerando a doutrina, existem dois tipos de assédio sexual: aquele realizado por intermédio de chantagem e o assédio sexual por intimidação. O assédio por chantagem também denominado *quid pro quo*, ocorre quando a conduta sexual existe em troca de benefícios ou para que não exista prejuízos na relação de trabalho. No entanto, o assédio sexual por intimidação, também chamado de ambiental, ocorre com a existência de provocações sexuais no ambiente de trabalho, como resultado prejudica a pessoa com situações ofensivas, de humilhação e intimidação, manifesta relações de poder, sem necessariamente ter hierarquia e as vezes confunde-se com assédio moral (OMT, 2017).

No ambiente de trabalho, o assédio sexual, desponta fisicamente em gestos, palavras, propostas ou impostas contra a vontade do trabalhador, gerando

constrangimento, além de infringir a dignidade, honra e a impossibilidade de atuação em ambiente laboral saudável. (MPT; OIT; 2017).

Sob o ponto de vista jurídico, o assédio sexual é crime segundo Art. 216-A e tem como pena a detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos. Já o conceito de assédio moral está mais ligado exposição dos trabalhadores às circunstâncias humilhantes, sem deixar de ser uma forma de violência. (MPT, 2017).

O assédio moral, segundo Silva e Aquino, et al, (2016) pode ser definido como repetidos comportamentos, ações e práticas hostis, dirigidas a um ou mais trabalhadores de forma consciente ou inconsciente, que pode trazer danos à integridade psíquica ou física do indivíduo, além de interferir no desempenho e no ambiente de trabalho.

De acordo com o critério operacional definido por Leymann, o assédio ocorre quando pelo menos um ato negativo é mencionado pela vítima semanalmente ou diariamente e por um período de pelo menos seis meses. Todavia, alguns autores preferem ampliar para dois, em vez de um, o número de atos a serem computados, seguindo a sugestão de Mikkelsen e Einarsen. (SILVA; AQUINO; PINTO, 2016, p.2).

Portando, segundo a OMS (2017) o assédio caracteriza-se pela insistência, a perseguição, a abordagem acobertada, levando a violação da esfera moral do indivíduo. Desse modo, o assédio sexual difere-se do assédio moral pela conotação sexual realizada ou pretendida.

Adorno (2009) usa o termo assédio moral para se referir a ambas formas de violência, assédio moral e sexual. O fenômeno do Assédio Moral perpetrado no âmbito doméstico, escolar, corporativo, sexual, entre outros campos da sociedade é uma discussão contemporânea, embora sua prática ocorra desde os primórdios. O debate ganhou espaço da mídia, no campo da filosofia, medicina do trabalho, nos meios jurídicos e demais áreas de conhecimento, após a prática ser reconhecida como perigosa e, após a tomada de consciência do violar da dignidade humana e suas consequências às vítimas do assédio.

As mulheres também contam com rede de apoio disponíveis na sociedade. Segundo a Cartilha “Assédio Sexual no trabalho, perguntas e respostas”, divulgada em

2017, pelo ministério Público (MPT, 2017) a mulher assediada pode procurar pelas ouvidorias das empresas, nas Gerências do Ministério do Trabalho; pelos Sindicatos ou Associações, pelo Ministério Público do Trabalho da sua localidade e na Delegacia da Mulher.

2.3 Gênero, trabalho e assédio

Tanto o assédio moral como o assédio sexual são violências e um decorre do outro. Embora a violência moral seja um fenômeno antigo, o acontecimento ganhou maior visibilidade como fator desencadeador de sofrimento no trabalho, principalmente devido à flexibilização das relações trabalhistas e as mudanças no mundo do trabalho (NUNES, 2011).

Segundo Glina e Soboll (2012) assédio moral no trabalho refere-se a um padrão relacional entre as pessoas no contexto de trabalho. Existem inúmeras definições, cada uma enfatizando determinados aspectos.

Na visão de Einarsen *et al* (2005) o assédio moral pode ser definido como repetidos comportamentos, ações e práticas hostis, dirigidas a um ou mais trabalhadores de forma consciente ou inconsciente, que pode trazer danos a integridade psíquicas ou físicas do indivíduo, além de interferir no desempenho e no ambiente de trabalho.

Concorda Silva e Aquino (2017) que o assédio moral não se manifesta de maneira perceptível. Descortina-se entre os indivíduos, dentro da corporação, um tipo de relação, com características adversas, marcada pela violência psicológica ou perseguição, também denominada de assédio moral.

Nesse sentido, o assédio moral pode ser considerado um importante risco psicossocial e, portanto, deveria ser tratado da mesma maneira que os demais riscos (GLINA e SOBOLL, 2012 apud EUROPEAN AGENCY FOR SAFETY AND HEALTH AT WORK, 2009).

Spurgeon (2003) afirma que as medidas de prevenção do assédio moral no trabalho têm probabilidade de ocorrer em paralelo com aquelas para riscos psicossociais, como o estresse no trabalho. Segundo este mesmo

autor, ao selecionar uma medida, é essencial saber em que fase está o processo de assédio moral, uma vez que há diferentes medidas para prevenir o seu desenvolvimento, pará-lo ou reabilitar as vítimas (*apud* GLINA; SOBOLL, 2012, p. 126).

A prática do assédio moral no trabalho se mostra frequente, porém em números diferentes em distintas partes do mundo. No Japão, por exemplo, a prevalência foi de 9,0% entre servidores públicos; na Itália, encontrou-se uma prevalência de 15,2% em uma amostra composta por mais de 3 mil trabalhadores dos setores públicos e privado (GLINA; SOBOLL, 2012).

Segundo dados do Ministério Público do Trabalho (MPT), durante a vida, 30% das mulheres sofrem algum tipo de violência no trabalho. Somente em 2018 foram mais de 300 denúncias. O referido órgão lançou no ano de 2019 a cartilha intitulada O ABC da Violência Contra a Mulher no Trabalho. A publicação defende que o machismo leva a práticas discriminatórias e à violência de gênero em todas as esferas da sociedade, inclusive no trabalho. Enquanto o feminismo prima pela igualdade, o machismo pela inferioridade entre homens e mulheres (MPT, 2019).

A cartilha recorre a Convenção de Belém do Pará (Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher), violência contra a mulher é “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (Capítulo I, Artigo 1º) e lembra que este fenômeno estrutural é de responsabilidade de toda sociedade, não podendo ser entendido como um problema de ordem privada. (MPT, 2019). Para Freitas (2001) a prática do assédio, no começo da década de 90, começou a ser identificado como um fenômeno destrutivo no meio corporativo, reduzindo a produtividade e favorecendo o absenteísmo, consequência dos danos psicológicos que a prática perversa envolve. Em seu artigo *Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações*, Freitas (2001) recorre à aceitação do best-seller, “*Le harcèlement moral: la violence perverse au quotidien*”, lançando em 1998, pela psiquiatra, psicanalista e psicoterapeuta familiar Marie-France Hirigoyen. A referida escritora com formação em victimologia nos Estados Unidos e na França, conseguiu através da sua obra, abrir o espaço para um grande debate, tanto no

universo familiar quanto no corporativo. As ideias do livro inspiraram a revista francesa *Rebondir*, especializada em questões sobre emprego, a realizar uma ampla pesquisa a respeito do tema em empresas francesas.

Ainda, a área chamada de Victimologia é recente e consiste em analisar as razões que levam um indivíduo a tornar-se vítima, os processos de vitimação, as consequências a que induzem e os direitos a que podem pretender, (FREITAS, 2001).

Nas organizações, a violência e o assédio nascem do encontro entre a inveja do poder e a perversidade. No mundo do trabalho, nas universidades e nas instituições em geral, as práticas de assédio são muito mais estereotipadas que na esfera privada e são também onde elas têm sido mais denunciadas por suas vítimas (FREITAS, 2001, p.10).

A Convenção do Conselho da Europa para Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica, designada por Convenção de Istambul, foi ratificada por Portugal em 21 de janeiro de 2013 e entrou em vigor a 01 de agosto de 2014. A Convenção reconhece que também existe violência contra homens e que os vários tipos de violência nela descritas atingem de forma desproporcional as mulheres e concebe a violência contra as mulheres como violência de gênero, de caráter estrutural e epidémico em todas as sociedades, e que tem sido legitimada como «natural» e «inevitável» pela cultura (SOTTOMAYOR, 2015).

A Convenção reconhece a vida perigosa que as mulheres e as meninas têm de enfrentar no seu dia a dia – na família, na rua, na escola e no trabalho – bem como as práticas discriminatórias de que são alvo pelo único facto da pertença a um género, o feminino. É por isso, um documento virado para as mulheres e feito a pensar nelas, para garantir o seu direito a viver sem violência e sem medo (SOTTOMAYOR, 2015, p.106).

A convenção é composta por elementos históricos e culturais, com constituição política e ideológica de mecanismo social pelo qual as mulheres são coagidas a assumir uma posição de subordinação em relação aos homens. Trata-se de um avanço a não aceitação atual por parte da sociedade do desrespeito ao direito do indivíduo,

fazendo perder espaço as impunidades permeáveis e abusivas dos micropoderes cotidianos (SOTTOMAYOR, 2015).

Assim, a construção histórica e social de gênero, que reifica as mulheres, é elemento essencial para compreensão do fenômeno do assédio sexual, nesse caso, onde a maioria das vítimas são mulheres. O assédio sexual, compreendido neste estudo enquanto violência de gênero, designa um tipo de violência cujo mote para manifestação é o simples fato de ser mulher, atravessado pelas questões de classe social, hierarquia institucional e raça, que permeia também a realidade das mulheres no jornalismo. Desse modo, parte-se do pressuposto que o assédio moral e o assédio sexual, quando vivenciados por mulheres, são determinados e por questões de gênero.

Para que um ambiente de trabalho seja acessível e inclusivo é preciso ter em foco condições não apenas para se adentrar num ambiente, como nele permanecer e dele ser parte integrante, na linha do art. 1º, item 3, da Convenção 111 da OIT.1 Não importam apenas as formas de inserção num trabalho como os meios para sua manutenção. Um trabalhador que entra num local de trabalho tem o direito fundamental de nele permanecer e dele sair tão íntegro, capaz e são quanto chegou. No que diz respeito à mulher, essa compreensão é essencial para perfazer a verdadeira e real igualdade de oportunidades. A noção de que as desigualdades e a discriminação não estão na pessoa da mulher, porém no que a rodeia, no local em que trabalha e na sociedade em que está inserida. É na interação das pessoas com o meio que as desigualdades acontecem e a discriminação da mulher no trabalho só pode ser sentida e vista como um problema, quando a mulher se inseriu no mercado de trabalho lado a lado com os homens. (MPT; OIT, 2017, p.23).

2.4 Gênero, mulher e trabalho: uma aproximação com a trajetória das mulheres no jornalismo

Santos e Temer (2018) lembram que as segmentações entre empregos ditos masculinos e femininos, diferenças salariais e o aditivo do trabalho doméstico à mulher, denominou-se divisão sexual do trabalho, termo empregado por etnólogos para indicar uma repartição das tarefas realizadas por homens e mulheres. O cerceamento da cidadania das mulheres constitui aspecto recente na história. Moraes (2003) recorda que a presença de meninas nas escolas só foi permitida em 1827 e sua inserção nas

universidades, a partir do ano de 1879, no entanto, nem todas tinham a coragem de enfrentar a imposição o qual resguardava seu lugar aos cuidados da família.

De acordo com Besse (1999) as mulheres de classe média começaram a se inserir no mercado de trabalho, no século passado, devido às necessidades econômicas, alta taxa de inflação e o desejo de consumir produtos e bens de serviços, que se expandiam em velocidade. As normas sociais em mudanças ofereciam à essas mulheres, exceto das classes economicamente baixas, oportunidade de educação superior. Dessa forma a sociedade aceitou que as mulheres fossem remuneradas por suas atividades, desde que, não interferisse em sua reputação.

Além disso, áreas como jornalistas, artistas, poetas, musicistas e escritoras eram bem vistos para a mulher na época, porque tinham horário flexível, o trabalho podia ser realizado em casa. (BESSE, 1999).

Segundo Rocha (2004) com essa situação, o valor do trabalho feminino foi alterado, a mulher que ficava em casa e cuidava do ambiente doméstico passou a ser vista como alguém de pouco valor produtivo, considerada “encostada”. Entretanto, o trabalho feminino era mal remunerado e sua participação no mercado de trabalho era uma soma com seus papéis domésticos.

A contemporaneidade radicou o jornalismo como parte importante do sistema de circulação de informações nas sociedades urbanas. Foi na cidade moderna – chamado por Park, 1987, como laboratório social privilegiado, em que o jornalismo se consolidou como uma atividade industrial que exigia a formação de profissionais especializados, portadores de conhecimento técnico e de posições próprias na sociedade (SANTOS, 2016).

No cenário do jornalismo, a femininização nas redações vem ocorrendo desde os anos de 1990 (FIGARO, 2014). Segundo a autora, as jovens, munidas de diploma em jornalismo, chegaram às redações e ocuparam seus espaços. No início enfrentaram o preconceito de uma quantia machista que chegava a atribuir os problemas na qualidade do jornalismo, à presença das jornalistas.

Sobre o processo de feminização no jornalismo, Ribeiro (1998) apud Rocha (2004) documentou a rotina da imprensa paulista, entre 1937 a 1997 e a fundação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais, no Estado de São Paulo, nos anos 60. Um dos

aspectos citados na obra é a participação da mulher na carreira jornalística. Em 1937 era praticamente inexistente mulheres atuando no jornalismo:

Uma das situações mais tenebrosas que havia na imprensa de São Paulo (e do Brasil), em 1937, era a discriminação contra a mulher. As empresas jornalísticas eram pensadas e construídas como ambiente de sauna brega: só para homem. Nem havia banheiro feminino. No "Estadão", à noite, quando fervia o trabalho jornalístico, as mulheres não eram aceitas nem na mesa telefônica. Havia mulheres como telefonistas mas só durante o dia. À noite, um homem é que operava. Mulher podia ser telefonista, faxineira ou servir para fazer o café: circulava na área de serviço." (RIBEIRO, 1998 apud ROCHA, 2004, p.31).

Segundo Santos e Temer (2016) a imprensa feminista, nascida em meio a Revolução Francesa, levava as ideias das mulheres que lutavam pela emancipação feminina, no entanto, vítimas do preconceito e como uma forma de conquistar espaço nas redações, eram obrigadas a usarem pseudônimos nas reportagens.

Santos e Temer (2014) recorda ainda que o Prêmio Esso, o mais importante da categoria jornalística, galardoou apenas homens em suas primeiras décadas – de 1956 até o final dos de 1980 –, na “categoria principal”, a de melhor reportagem especial. A presença feminina somente aparece na década de 1990, com cinco prêmios e, se torna consistente, a partir dos anos 2000.

A cultura patriarcal nas redações baliza os dilemas que as jornalistas enfrentam quando precisam conciliar seus papéis de gênero entrelaçados no âmbito familiar, organizacional e profissional. (SIMÕES; SILVEIRINHA, 2016).

Já nas décadas recentes o jornalismo mudou o seu formato, os anunciantes passaram a investir mais nas mídias digitais, reduzindo as publicações impressas e também a contratação de profissionais, no que podemos chamar de revolução digital no jornalismo, promovendo mudanças na identidade do jornalismo. Simultaneamente as mulheres aumentaram o nível de formação e abarcaram notoriamente a carreira do jornalismo (SIMÕES; SILVERINHA, 2016).

Santos e Mateos (2019) recordam a pesquisa realizada por Mick e Lima (2013), no qual se revela o crescimento da mulher nas redações, alcançando quase 63,7% do mercado de trabalho, subindo para 69% na faixa até 30 anos e jogam luzes ao fato de, a maioria dos cargos de chefia, ainda serem ocupados por homens.

No contexto português o fenômeno também ocorre, já que a partir da década de 70 as redações passaram a ter uma reconfiguração de gênero, tendo mais mulheres, no entanto, mesmo o jornalismo deixando de ser uma profissão de homens, esse crescimento de participação feminina não corresponde a uma “recomposição sexual” das diretrizes dos meios de comunicação, devido a desigualdade de homens e mulheres em cargos de tomadas de decisão (SIMÕES; SILVERINHA, 2016). “Às semelhanças do panorama nacional de outras profissões, no jornalismo, existe uma maior exposição feminina a condições de precariedade e instabilidade profissional” (SIMÕES; SILVERINHA, 2016, p.31-47 apud JOÃO MIRANDA, 2014).

Aliás, este é um cenário que merece reflexão, quando as jornalistas conseguem entrar na carreira jornalísticas e passam a galgarem seus espaços nas redações, embora não em cargos de liderança, há uma precarização da profissão. Figaro (2013) trouxe com a pesquisa: “O perfil dos jornalistas e os discursos sobre o jornalismo. Um estudo das mudanças no mundo do trabalho dos jornalistas de São Paulo (2009-2012)”, que a reestruturação produtiva do trabalho, ocorrida a partir de 1990 mudou a forma de atuação dos jornalistas. Os profissionais entrevistados pela pesquisa, entraram na profissão quando as reformas trazidas pela internet passaram a se efetivar. Com isso, a autora explica que os novos jornalistas tiveram de lidar com uma intensificação do ritmo de trabalho, com vínculos de empregos precários, e novas formas de atuações, como em assessorias de imprensa, ou atuação em revisões. Todas essas mudanças impactaram na qualidade de vida dos profissionais que, segundo o estudo, compreendia em jovens, brancos, de classes médias, mulheres, a maioria sem filhos, que atuavam em multiplataformas, com especialização em nível de pós-graduação.

Além disso, em relação à divisão sexual do trabalho e a necessidade de atuar tanto na esfera pública, como na esfera privada, do lar, faz com que as mulheres procurem empregos de meio período. Segundo Hirata (2015) este é um padrão adotado pelas mulheres atualmente, para ter uma maior flexibilidade no tempo de trabalho. A

autora revela que essa é uma tendência mundial e oferece a França como exemplo, no qual são femininos 85% de todos os empregos de meio período. Porém, a autora concorda que, mesmo existindo novas oportunidades de atividades mais qualificadas para elas, o trabalho se torna ao mesmo tempo mais precário.

Além dessas questões e das desigualdades de posições de liderança, as jornalistas ainda são alvos de assédio, conforme dados apresentados neste estudo. Outro ponto a ser levado em questão é que o assédio, a desvalorização nos cargos e salários, somados a dupla ou tripla jornada são elementos que interferem no avanço da carreira. O termo cunhado por Lipovetsky (2000 apud SANTOS; MATEOS; 2019, p.132) como “terceira mulher” é a expressão usada para definir a mulher contemporânea, destinada a obedecer a todas as expectativas nos âmbitos familiar e profissional.

CAPITULO III - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Caracterização do estudo

Este estudo desdobrou-se no sentido de investigar os relatos de mulheres jornalistas que já vivenciaram o assédio sexual e moral em seus ambientes de trabalho. Caracteriza-se estudo qualitativo, devido à natureza das da pesquisa ser de caráter exploratório.

A pesquisa qualitativa possui algumas características comuns, entre elas aborda o universo exterior e compreende e descreve os fenômenos sociais do universo interior, de maneiras diferentes como: analisando experiências de indivíduos ou grupos, analisando relatos e histórias do dia a dia. Examina-se interações e comunicações em desenvolvimento ou mesmo, feita a análise desse material, além da investigação dos documentos ou traços semelhantes de experiências e interações (FLICK, 2009.)

Dos objetivos e características específicas a pesquisa se classifica como exploratória, pois objetiva analisar o assédio sexual vivenciado por mulheres jornalistas no âmbito do trabalho, tendo “como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores ” (GIL, 2008, p.46).

3.2 Cenário, participantes e produção do material empírico

Esta pesquisa aborda o assédio sexual vivenciado por mulheres no jornalismo, no estado de São Paulo, no período de 2018 a 2019. Mais especificamente, sendo duas jornalistas da região do Grande ABC, uma na cidade de Santo André, outra no município de São Bernardo do Campo, outras duas jornalistas do interior de São Paulo, das cidades de Rio Claro e Vinhedo. E o restante residentes na capital paulista. Para produção do material empírico foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com mulheres jornalistas que vivenciaram assédio sexual em sua trajetória profissional, seguindo um roteiro norteador com perguntas abertas (Apêndice 1). Rosa e Arnoldi (2007) explicam que nesse formato de entrevista as questões devem ser formuladas de

forma que possibilite o sujeito a verbalizar seus pensamentos, tendências e reflexões, sobre os temas apresentados. O questionamento deve ser profundo, subjetivo e trazer um relacionamento recíproco de confiabilidade.

Arnoldi e Rosa (2007) recorrem à necessidade de, nas entrevistas semi-estruturadas, ser elaborado um roteiro de tópicos selecionados. As questões, porém, seguem uma formulação flexível e as sequências ficam por conta dos discursos do entrevistado e da dinâmica que ocorre naturalmente, e assim foi realizado essa pesquisa.

3.2.1 Critérios de escolha

A escolha das profissionais foi feita pelo critério de acessibilidade, sendo que uma profissional indicava outra e assim se prosseguiu, até o fechamento das entrevistas. O encerramento das entrevistas se deu devido ter atingido quantidade suficiente de relatos que respondiam às questões de pesquisa. Tal escolha constitui, segundo Gil (2008) o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem. Portanto não requer qualquer rigor estatístico, dispensável ao objeto de estudo elucidado nesta pesquisa. O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, aceitando que estes representam o universo. Aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos.

3.2.2 Perfil das jornalistas entrevistadas

Quanto a cor da pele, todas as jornalistas se declararam brancas, três eram casadas, duas eram solteiras, com uma média de 2 filhos, sendo que três delas não tinham filhos. No que concerne à classe social, todas se declararam pertencentes à classe média. A idade variou entre 21 e 40 anos. A divisão de trabalho das entrevistadas compreendia quatro áreas, estabelecidas pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais dos Estados de São Paulo: jornais impressos, revistas, emissora de rádio e de televisão. Sendo que apenas uma delas possuía pós graduação na área voltada à assessoria de imprensa.

3.2.3 Roteiro

Analisamos a compreensão sobre temáticas envolvendo questões de assédio, ao questionar se na trajetória delas já presenciaram ou sofreram assédio moral e sexual, pedimos para explicar como ele se manifestou. Outro aspecto abordado era entender como lidavam com as questões de enfrentamento, como essas profissionais resolviam a situação. E se tinham conhecimento, por parte das empresas da existência de canais oficiais para relatar esses casos de assédio. Além disso, buscamos respostas sobre o impacto que esses episódios de assédio trouxeram para a carreira das jornalistas. As coletas de entrevistas se deram de diversas formas, de acordo com a disponibilidade das jornalistas. Três delas nos autorizaram entrevistá-las pessoalmente. Em um dos casos nos deslocamos até próximo de sua empresa e a entrevista se deu em uma cafeteria. Em outra entrevista, a jornalista pôde nos atender, à noite, na Universidade no qual cursava sua segunda graduação, a entrevista foi realizada ao final das aulas. E na última entrevista presencial nos deslocamos até o ambiente de trabalho de um colega da entrevistada, no qual foi cedida uma sala para a gravação da entrevista.

As outras duas foram realizadas via telefone, devido à distância da residência das entrevistadas, no interior de São Paulo. Todas as entrevistas foram gravadas, devidamente autorizadas e transcritas na íntegra.

3.3 Tratamento e análise dos dados

Após entrevistar as mulheres jornalistas, foi feita a análise e interpretação dos dados utilizando análise de conteúdo técnica de Laurence Bardin (1991), uma técnica que foi aplicada inicialmente nos Estados Unidos, acerca de quase meio século atrás, como um instrumento de análise das comunicações.

Bardin (1991) com sua análise tem o objetivo da manipulação de mensagens para confirmar os indicadores que permitam inferir sobre outra realidade que não a da mensagem. Para a autora, a análise do conteúdo é o desvendar crítico, incidir em distintas fontes de dados, como material jornalístico, discursos políticos, cartas, publicidades, romances e relatórios oficiais (SANTOS, 2012).

O método de categorias permite a classificação dos componentes do significado da mensagem em espécie de gavetas. A análise de conteúdo ocupa uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo extraído das comunicações e sua respectiva interpretação (SANTOS, 2012).

O método consiste em considerar as seguintes fases para a sua condução: a) organização da análise; b) codificação; c) categorização; d) tratamento, inferência e a interpretação dos resultados.

A fase organização da análise se subdivide em pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados em bruto e interpretação desses resultados. Na primeira das etapas, na pré-análise, foi realizada uma leitura flutuante, a fim de conhecer inicialmente o material e criar familiaridade com ele. Em seguida, foi realizada uma leitura exaustiva para identificação dos temas revelados nos depoimentos, de modo, que a partir deles foi realizada a definição das categorias e o reagrupamento por convergência temática.

Com base nos objetivos e no quadro teórico escolhido para abordar a análise das entrevistas, foram definidas as categorias de análise: Assédio sexual, impacto do assédio na vida e carreira das jornalistas; o enfrentamento do assédio sexual.

A partir da análise segundo as categorias apresentadas, foram levantadas as categorias empíricas, que elucidam o objeto de estudo: Cerceamento e naturalização de desigualdades de gênero na trajetória profissional de mulheres jornalistas; Da violência simbólica ao assédio sexual: as múltiplas faces de manifestação da violência de gênero contra mulheres jornalistas; Limites e possibilidades do enfrentamento do assédio sexual no âmbito das organizações.

CAPÍTULO IV - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo apresentaremos a interpretação e a discussão dos resultados revelados a partir da análise das entrevistas realizadas com as mulheres jornalistas que vivenciaram situações de assédio sexual em seu ambiente de trabalho. Assim, visamos atingir o objetivo desta presente investigação, no que compreende entender como as mulheres jornalistas percebem o assédio sexual em suas variadas formas de manifestação, se há naturalização por parte dessas profissionais, se há enfrentamento ou omissão, ou mesmo, se existe algum tipo de impacto para suas vidas ou carreiras. Consideraremos todas as formas de manifestação em que o assédio sexual se apresenta. Assim pretendemos discutir nesse capítulo as categorias empíricas extraídas dos depoimentos das jornalistas acerca de suas vivências de assédio sexual.

4.1 Cerceamento e naturalização de desigualdades de gênero na trajetória profissional de mulheres jornalistas

Antes de mais nada é importante refletirmos sobre como a organização econômica, o sistema familiar, as religiões e o campo jurídico concebem o lugar que a mulher necessita ocupar na sociedade. A chamada ideologia do “próprio para mulheres”, está relacionada à maneira como a mulher é inserida no mercado de trabalho e como os setores da sociedade as responsabilizam do cuidado com o lar e com as crianças. Ocorre que a desigualdade está no fato de além de ganharem menos do que os homens, ainda assumirem mais responsabilidades tanto domésticas como familiares (MORAES, 2003).

Em pesquisa realizada com jornalistas, brancas, sem filhos, Figaro (2014) identificou que elas trabalham em multiplataformas, de 8 a 10 horas por dia. Na faixa etária de até 35 anos, normalmente já tendo cursado uma especialização. Embora tenham a mesma função que os homens, recebem menos. (FIGARO, 2014).

Segundo o Índice de Desenvolvimento de Gênero (IDG), divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), as mulheres no Brasil estudam mais, porém possuem renda 41,5% menor que os homens. (ONU, 2019).

Reportando-se à trajetória das mulheres no jornalismo, anteriormente apresentada neste estudo, nas últimas décadas o jornalismo passou por um processo de feminização. Para Rocha (2004), o aumento da participação feminina no jornalismo pode ser atribuído ao fato de não se tratar de uma profissão estabilizada socialmente e nem de prestígio social. Para Simões e Silveirinha (2016), no entanto, o acesso hierárquico às mulheres continua a ser difícil e essas transformações do jornalismo as penalizam, perpetrando as desigualdades de gênero na profissão.

As jornalistas entrevistadas revelaram em seus relatos a rota crítica que envolve ser mulher e jornalista, despontando em um processo de inclusão no mercado de trabalho marcado pela desigualdade e pelo preconceito:

Eu sei que isso acontece com algumas colegas de profissão, só que depende muito do veículo, [...]. Mas eu já participei de processos seletivos na ESPN e canais esportivos e eu nunca conseguia passar da primeira fase, para estágio, por mais que a minha formação e a minha experiência no jornalismo, poderia contribuir, ou que pelo menos eu passasse na primeira fase da seleção. (E1)

Na fala da entrevistada E1 é revelado um conteúdo de cerceamento da vivência plena das potencialidades profissionais na trajetória profissional da jornalista. Embora haja um reconhecimento da magnitude do problema, tal reconhecimento, na sua fala, também assume um significado de naturalização do assédio sexual, por ser algo rotineiro, parte do cotidiano de seu trabalho.

Quando questionadas se já se sentiram desfavorecidas, em algum momento da carreira por ser mulher, as participantes também deixaram transparecer o impacto da determinação de gênero na sua carreira, ressaltando uma maior presença desse cerceamento, a depender do veículo, conforme exemplifica o depoimento de E1 que, de acordo com sua percepção, acredita não estar inserida na carreira no qual muito desejava atuar, a esportiva, por acreditar ser uma área que privilegia os homens, em virtude do esporte ser cultural e historicamente um campo masculino.

Sua percepção corrobora com os dados de Caprano e Brum (2015), do International Sports Press Survey (ISPS), que revelam o fato de apenas 8% dos textos jornalísticos publicados pelo mundo na cobertura esportiva serem assinados por

mulheres. No Brasil, esse número constitui apenas 7%. Além disso, em 2016, a Revista Gênero e Número avaliou colunas esportivas dos dez jornais de maior circulação dos estados brasileiros e, dos líderes de audiência, menos de 10% dessas colunas eram assinadas por elas, apontou a pesquisa (ASSIS, 2017).

Não surpreende, portanto, quando Coakley (2007, p.246) afirma que a “[...] participação no esporte entre garotas e mulheres não vai seguir crescendo automaticamente, de forma natural. [...] Há a tendência, na maioria das culturas, em dar prioridade a esportes masculinos e atletas homens. Isso ocorre porque o mundo esportivo geralmente é dominado, identificado e centrado no masculino” (tradução e grifo nossos). (BRUM; CAMPRARO, 2015, p.961).

A naturalização do assédio sexual também é revelada pela entrevistada número 1, a exemplo do depoimento que segue, no qual ela reconhece o assédio sexual, mas pela magnitude do problema ser tamanha, a ponto de torna-se parte do cotidiano das mulheres, torna-se algo banal, naturalizado e invisibilizado por uma postura de um “não acender” as luzes que evidenciam o problema, aspecto que cerceia possibilidades de práticas de visibilidade da violência no âmbito das organizações, como relatado pela entrevistada E1.

[...] meu editor a princípio me mandava umas mensagens estranhas, elogios estranhos, e tudo mais. Eu já sabia que aquilo era assédio, porém eu não ligava, infelizmente na minha profissão existe muito isso (E1).

A naturalização também se faz presente no depoimento da entrevistada número 5, que revela, na relação com as fontes no seu cotidiano de trabalho, vivências que apontam para a ênfase em seu corpo e sua aparência física e não no trabalho que está executando. Os estereótipos femininos valorizados culturalmente ao longo da história, exaltam a beleza e a sensualidade como atributos femininos. Essa valorização é reconhecida pela depoente, chegando a incomodá-la. Contudo, por ser cotidiano passa a não ser compreendido enquanto um problema.

[...] Estou entrevistando as misses envolvidas na produção do evento, quando eu vou entrevistar o coreografo e ele fala “poxa, mas você poderia ser miss também”. Com certeza ao longo da minha carreira, eu ouvi várias frases desse tipo. “Mas você podia ser capa da revista”, por exemplo. Mas eu não posso dizer para você que em tal dia, tal ocasião, tal pessoa falou algo desse tipo para mim. É uma coisa que infelizmente

é tão comum que nem mesmo uma mulher sente isso como um assédio.
(E5)

A exigência do corpo perfeito e a sua exaltação definem em muitas ocasiões, o lugar das mulheres no mercado de trabalho. No jornalismo, o atributo da beleza profissional ganhou visibilidade com a contratação de apresentadoras de telejornais. Segundo dados levantados pela autora Paula Melani Rocha (2004) em sua pesquisa, “*As Mulheres Jornalistas no Estado de São Paulo: O Processo de Profissionalização e Feminização da Carreira*”, nesta cultura envelhecer é o mesmo que ser desvalorizada profissionalmente, já que, neste cenário, uma mulher jovem tem mais valor do que uma profissional mais experiente na carreira. (ROCHA, 2004).

Esses levantamentos nos apontam qual a situação da mulher jornalista. Há muitos conceitos a serem superados. Desde a questão da valorização da beleza, divisão sexual do trabalho, no qual confere a elas a soma de longas jornadas de trabalho da vida pública, com o trabalho da vida doméstica, que, conforme vimos no referencial teórico deste estudo, também é atribuído à mulher, até a questão de serem desvalorizadas em relação as questões salariais.

Segunda última pesquisa do Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), divulgada em 2016 sobre o perfil do jornalista brasileiro as mulheres são a maioria (64%). No entanto, ganham menos do que os homens jornalistas. A pesquisa revelou que as mulheres eram maioria em todas as faixas até 5 salários mínimos e minoria em todas as faixas superiores a 5 salários mínimos. (FENAJ, 2016). Isso em uma profissão em que 98% da categoria tem formação superior e no qual quatro em cada dez têm pós-graduação, revela a pesquisa.

Outras questões impactam a carreira das jornalistas e tornam a rotina ainda mais desgastante. Rocha (2004) lembra que mesmo a jornada de trabalho sendo de cinco horas, definida de acordo com Decreto-Lei n^o 910, de 30 de novembro de 1938, na prática e a depender do campo de atuação, a duração da jornada oscila entre sete horas e meia a doze horas diárias.

Embora as conquistas das mulheres, nas últimas décadas, no que concerne ao exercício da cidadania, pensado a partir do exercício dos direitos civis, políticos e sociais tenham sido significativas, contraditoriamente, elas vieram acompanhadas das

desigualdades de gênero. No mercado de trabalho, esse processo acaba por reproduzir as iniquidades culturais que vulnerabilizaram as mulheres ao longo da história. Assim, elas identificam e se incomodam com essas vivências contraditórias, mas por estarem socialmente arraigadas pela cultura androcêntrica, essas vivências não se traduzem em um mote para o enfrentamento do problema. Naturaliza-se aquilo que é cotidiano, cerceando as possibilidades de superação e abrindo-se um terreno fértil para o preconceito, o assédio e a violência de gênero. Essa problemática é reconhecida pelas entrevistadas, conforme pode-se observar nos depoimentos a seguir.

[...] a mulher que trabalha em televisão, ela tem que aceitar algumas coisas diferentes, os homens são mais incisivos com as mulheres, eles tentam mais coisas, eles tentam abordar a mulher de uma forma diferente (E2).

[...] A forma como um homem pede algo é diferente. Por exemplo: quando um homem vai pedir algo para a mulher é “dá para fazer isso para mim?” e para outro homem é “está ocupado? Pode fazer isso para mim?”. Isso já está enraizado na nossa cultura, o próprio homem não percebe que faz essa diferenciação, porque já está nele (E3).

A depoente E3 define o que julga como o fato de ser mulher a tê-la deixado em condição de desvantagem na profissão, traduzindo assim, o impacto na sua trajetória profissional. Em seu relato também é possível tomar conhecimento de como a jornalista sente-se em questão de desvantagem, já que esse olhar diferente é algo que coloca em xeque suas capacidades laborais. Os depoimentos a seguir revelam como as entrevistadas reconhecem que o fato de ser mulher no campo de trabalho do jornalismo acarreta desvantagens.

[...] Mas a gente sente sim, na hora de pedir, de apresentar uma pauta, as pessoas te olham diferente por você ser mulher, mais nova, porque lá tem muito isso também (E3).

[...] As ordens são de forma diferente, ainda mais quando você está começando na profissão, porque você já está se submetendo a muita coisa e o fato de ser mulher só intensifica isso. (E3).

Os achados revelados nesta categoria empírica convergem com a trajetória histórica das mulheres no campo do jornalismo. De acordo com Figaro (2014), a

femininização nas redações vem ocorrendo desde os anos de 1990. Essa inserção é marcada pelas desigualdades de gênero, a ponto de o processo de feminização da profissão ter vindo acompanhado do preconceito e de suposições que relacionavam os problemas contemporâneos enfrentados pela área à presença das mulheres.

Na entrevistada E4 a opinião sobre a percepção das possíveis desvantagens em ser mulher na redação apresenta-se de maneira contraditória, revelando não se sentir em desvantagem por ser mulher, mas sente a necessidade intrínseca de se esforçar mais profissionalmente do que os homens.

[...] Mas acho que é porque, nós mulheres nos impomos cada vez mais profissionalmente. Por isso nunca me senti desfavorecida, mas sempre achei que eu tinha que me esforçar ainda mais.

Dessa forma, Simões e Silverinha, (2016) apud Djerf-Pierre (2011) observam que, devido às mulheres jornalistas, nas redações, sofrerem desigualdades determinadas por questões de gênero, elas adotam um olhar “masculino” nesses contextos, além disso buscam estratégias competitivas como a necessidade de incorporar mais dos tipos de capital valorizados como educação, contatos, ou redes pessoais. Além de investir no seu capital feminino para buscar especialização em veículos voltados estritamente às mulheres, de modo que, “à semelhança do panorama de outras profissões, no jornalismo, existe uma maior exposição feminina a condições de precariedade e instabilidade profissional” (SIMÕES; SILVERINHA, 2016, p.31-47).

Os resultados apontam para um conformismo com as desigualdades, o preconceito e o assédio por parte das jornalistas. Convergindo com o quadro teórico que fundamenta o presente estudo, Guedes e Fonseca (2011), ressaltam que violência contra a mulher resulta de mecanismos culturais de naturalização da desigualdade entre os sexos. Tais mecanismos são balizados por categorias hierárquicas historicamente construídas que produzem na realidade a sujeição das mulheres nas relações sociais. Assim, o discurso hegemônico, ao longo da história, representou as mulheres como sujeitos de segunda classe, concebidas como inferiores devido à supostas e imutáveis diferenças biológicas.

Acerca da naturalização das estruturas simbólicas como mecanismo de dominação nas sociedades, de acordo com Bourdieu (198, p.18)

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos. (BOURDIEU, 1998, p.18)

Assim, na trajetória profissional de mulheres que escolhem o jornalismo, as barreiras se encontram nas sutilezas do dia a dia da profissão, marcado pela violência simbólica a qual as mulheres são submetidas e que por serem cotidianas, passam a ser compreendidas como naturais, não sendo reconhecidas possibilidades de superação. Tal processo faz com que o problema seja percebido pelas mulheres como algo inerente à profissão, com que elas devem aprender a conviver.

4.2 Da violência simbólica ao assédio sexual: as múltiplas faces de manifestação da violência de gênero contra mulheres jornalistas

Segundo a pesquisa “*Gênero no Jornalismo Brasileiro*” realizada pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) com 477 jornalistas de 271 veículos diferentes, 83, 6% sofreram algum tipo de violência psicológica na redação, 65,7% afirmaram ter visto sua competência questionada por colegas superiores (ABRAJI, 2017).

Nesta categoria, serão apresentadas as formas de manifestação do assédio sexual, vivenciadas, percebidas e evidenciadas no depoimento das jornalistas que se dispuseram a contar as suas histórias, desvelando as diferentes nuances que a violência de gênero assume na vivência do assédio sexual segundo a percepção das

participantes do estudo. A despeito da naturalização que permeia, contraditoriamente, o reconhecimento do assédio enquanto um problema e o cerceamento da trajetória profissional das mulheres jornalistas, o depoimento a seguir revela, que a dominação masculina não se limita à voz e à vida das mulheres, ampliando-se também para os seus corpos.

A situação foi o cúmulo quando partiu para algo físico, foi no aniversário de uma editora de tempo, meteorologista[...] alguns outros funcionários estavam lá na mesma mesa [...], estava todo mundo se divertindo, comendo e bebendo, e nisso chegou um amigo de uma menina que estava do meu lado e ele foi se sentar na mesa e eu passei para a cadeira do lado dele [do diretor da empresa]. Em menos de 20 minutos eu comecei a passar mal, comecei a ficar zozza e muito fraca, mal conseguia me mover e nem enxergar direito [acredita que algo foi adicionado a sua bebida]. Eu estava com um vestido médio que cobria até a altura do joelho, [...] e ele começou a colocar a mão no meu joelho. A princípio eu pensei que ele estava tentando apenas me animar, chacoalhando o meu joelho, mas aí ele começou a subir a mão para a coxa e apertava e machucava bastante, eu tentava empurrar a mão dele, mas ele segurava a minha mão e apertava, ele soltava e voltava a colocar a mão na minha coxa. Em determinado tempo que eu estava muito fraca. Ele subiu mais a mão na minha coxa entrando na minha virilha e pressionou os dois dedos na minha vagina e tirou, isso foi bem rápido, ele tocou assim e tirou, isso por cima da calcinha, aí ele tirou a mão e eu estava muito fraca. (E1).

Não é só uma questão criminal, o assédio sexual enquanto um tipo de violência sexual assume elevada magnitude, sendo que uma em cada três mulheres (35%) em todo o mundo sofreram violência física e/ou sexual por parte do parceiro ou de terceiros durante a vida. (OPAS/OMS, 2018).

Se a vivência do assédio sexual é frequente entre quase metade das brasileiras (ACTIONAD, 2019), no mercado de trabalho em comunicação esses números se destacam, de modo que cerca de 70% das mulheres que estão inseridas no ramo da comunicação já vivenciaram assédio sexual no trabalho (ABRAJI; 2018; PIETRO; 2017). Desse modo, o relato da entrevistada E1, dá voz e detalhes a esses números, reafirmando as violências contra as mulheres, entre elas o assédio sexual no trabalho enquanto uma epidemia, e uma forma disseminada de violação dos direitos humanos

na realidade de mulheres que lutaram e lutam até hoje pela conquista do seu espaço no mercado de trabalho.

Com base no referencial teórico adotado no presente estudo, gênero é compreendido por categorizações de pessoas, artefatos, eventos e tudo o que esquematiza a imagem sexual, sugerindo os meios pelos quais as características de masculino e feminino tornam concretas as ideias das pessoas sobre a natureza das relações sociais. Sendo assim, a identidade de gênero tem sua formação a partir das diversas expectativas sociais e também da construção econômica, política, social e histórica dos papéis masculino e feminino (KOFES, 1992).

Essa construção faz parte tanto das atribuições de significados ao existir humano, bem como influenciam o modo como os seres humanos elaboram suas escolhas e as experimentam. Essa teoria, segundo a autora leva a situações sociais que as mulheres enfrentam entre elas a questão biológica, sociopsicológica e institucional o que ao longo do tempo se transformou em desigualdade. (KOFES, 1992).

Além disso, possuem menores recursos materiais, status social, poder e oportunidades comparadas aos homens em idêntica posição social e, por fim, a colocação da mulher como um grupo oprimido, subordinado, visto como objeto sexual, submetidas a violência por parte do sistema patriarcal criado pelos próprios homens (LISBOA, 2010).

O silêncio, a vergonha e o medo são sentimentos frequentes que permeiam a vida das mulheres em situação de violência. “As consequências psicológicas, embora mais difíceis de mensurar, comprometem a maioria das mulheres e de suas famílias, com danos intensos e devastadores, muitas vezes irreparáveis”. (DREZETT, 2000, apud DREZETT, 2003, p.128).

Para Lisboa (2010), as diferenças sexuais historicamente tem concebidas como puramente biológicas tem sido a principal justificativa da subordinação feminina. A autora propõe a categoria de gênero para a compreensão dessa construção que se materializa, por exemplo, nos altos índices de violência contra mulheres, dentre as quais o assédio sexual constitui uma das formas de manifestação. O gênero enquanto contruto social tem alicerçado a construção cultural de experiências diferenciadas para

homens e mulheres, possibilitando a compreensão das hierarquias sexuais e as distribuições desiguais de poder na sociedade.

Para além de toda a vulnerabilidade que envolve a sua vivência, as mulheres ainda precisam enfrentar as múltiplas relações de poder baseadas no gênero, na classe social e na hierarquia organizacional que se intersectam nas situações de assédio sexual no trabalho. Conforme coloca a entrevistada número 1.

No outro dia eu fiquei preocupada pensando no que eu iria fazer, porque seria a palavra de uma estagiária contra a de seu gestor, meu chefe direto e eu fiquei bem preocupada, porque ele tem uma longa carreira no jornalismo, tem 55 anos, já trabalhou em [grandes veículos de comunicação] tem um nome bem forte no jornalismo. Aí eu pensei: “Ninguém vai acreditar em mim” (E1)

A hierarquia organizacional vivenciada pela entrevistada fez com que ela temesse ser desacreditada. Segundo Pamplona Filho (2006) há uma relação de poder entre assediante e assediado, o assédio sexual trabalhista é passível de ocorrer também entre colegas de serviço, entre empregado e cliente da empresa e, até mesmo, entre empregado e empregador. Existe a necessidade de saber ao certo de quem parte o assédio, para a tomada de responsabilidades por parte da empresa.

Além disso, podemos aqui retomar parte do resultado da pesquisa intitulada “Hostilidade, Silêncio e Omissão: O Retrato do Assédio no Mercado de Comunicação em São Paulo”, do Grupo Planejamento no que diz respeito ao temor por represálias e até por demissão, esses fatores explicam a prosperidade dos atos de assédio, além da falta de alguém a quem reclamar. A pesquisa detectou que 33% das mulheres afirmaram que nunca tiveram apoio de líderes mulheres quando foram assediadas e 58% dos homens responderam que nunca encontraram apoio em mulheres em posição de liderança para falar do assunto.

Os trabalhadores, porém, não têm conseguido encarar a realidade hostil do mundo do trabalho. Hesitando em questionar as normas impostas pela organização do trabalho – criam e mantêm ideologias defensivas em suas atuações no trabalho –, temem o desemprego gestado pelas novas estratégias organizacionais que ameaça a própria sobrevivência. Individualmente, o sofrimento é vivido como incompetência e impotência subjetivas e, o pior: não fica evidenciada a matriz do sofrimento

como originária de sua exposição passiva (sem questionamento e análise) às violências e injustiças do contexto social do trabalho. O enfraquecimento na elaboração de estratégias defensivas (sublimadas) aumenta o padecimento individual e uma terrível inversão ocorre: o sofrimento deixa de ser reconhecido como decorrente das pressões do trabalho e o indivíduo permanece vivendo sob autopunição, enquanto se “esfola” para ser recompensado e premiado pelo status dentro da empresa, entendido como a garantia da promessa de felicidade que não consegue viver. (CANIATO; LIMA, 2008, p.188).

Essa questão nos aponta que é necessário a existência de um debate em torno do enfrentamento do assédio. Mais à frente veremos que as corporações ainda não adotaram políticas de combate ao enfrentamento do assédio, dados que corroboram com os resultados dessa pesquisa.

Além disso, colabora com o cenário exposto o contexto sociológico, antropológico e cultural brasileiro, segundo levantamento realizado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para a realização da cartilha voltada ao tema “Assédio Sexual no Trabalho: Perguntas e Respostas” publicado em 2017, a conduta de assédio sexual não é investigada, tampouco punida pelas corporações, no entanto, quando a falta é cometida contra o patrimônio da empresa, essas estão prontas para averiguar e punir os autores. Já quando ocorre problemas de assédio sexual na organização, quando chegam a ser denunciadas, são menosprezadas.

O depoimento a seguir, revela as formas de manifestações de assédio, através dos “jogos psicológicos” a partir dos quais o assediador tentava envolver a jornalista. O relato também aponta para o cenário de como o machismo nas redações se manifesta a partir de uma cultura na qual machismo e assédio sexual constituem o pano de fundo da violência simbólica que permeia esse ambiente organizacional.

Apesar disso a pior parte foi o abuso psicológico, quando eu entrei lá no ano passado, ele ficava me dizendo que ninguém gostava de mim que eu era detestada ali na redação, e ele falava que tinha visto uma coisa especial em mim por isso que ele me contratou. [...]. Disse que só ele que bateu o pé, foi contra o comitê, que me defendeu e que eu estava ali graças a ele. No começo do ano eu já fiquei bem mal, pensando “caramba, ninguém gosta de mim”, tinha ele como meu porto seguro ali dentro. Ele era bem brincalhão comigo e tudo mais, e uma coisa que me

chateava bastante era o fato do comportamento machista dele na redação, era uma coisa que incomodava a maior parte das pessoas ele falava muita besteira sobre mulher. Quando ele via usando alguma roupa ele fazia comentário desagradável, eu lembro que uma vez eu usei um vestido ele falou “a belo vestido”, ela já mandou uma mensagem dizendo “você é uma delícia de pessoa”, lembro que quando teve o caso do João de Deus e ele falou “Se essas mulheres sofreram tanto porque voltaram lá [...]”. (E1)

A violência de gênero é determinada e reproduzida nas relações de poder, no qual se cruzam com as categorias de classe, raça e gênero. Desse modo, manifesta uma forma singular de violência global com origem no patriarcado, que encarrega aos homens o direito ao domínio e controle das mulheres, utilizando-se, por vezes, de violência. Muitas vezes essas violências tornam-se práticas discursivas cotidianas, uma vez que, sob o olhar do patriarcado, essa dominação masculina é internalizada tanto por homens como por mulheres. (ARAÚJO, 2008). A respeito da violência simbólica:

Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma língua (ou uma maneira de falar), de um estilo de vida (ou uma maneira de pensar, de falar ou de agir) e, mais geralmente, de uma propriedade distintiva, emblema ou estigma, dos quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária e não predicativa que é a cor da pele. (BOURDIEU, 1998, p. 7-8).

Também verificamos como o assédio sexual impacta a carreira da jornalista, quando a depoente explica que “se sentia mal”, não querida pelos colegas de profissão. Em relação ao que o depoimento revela, cabe retomar os dados de Assis (2018), em que 70,4% das jornalistas afirmam serem alvo de abordagens por parte de homens as deixaram desconfortáveis, no ambiente de trabalho. As atitudes sexistas são cotidianas nas redações e envolvem, desde a distribuição de atribuições pautas em papéis

culturais e estereótipos de gênero, até mesmo o assédio moral e sexual perpetrado, seja por colegas, superiores ou fontes, sem que haja nenhuma resposta adequada por parte das organizações. (ASSIS, 2018).

Assim, as mulheres jornalistas situam-se, no mercado de trabalho, em uma via que intersecta e para a qual conflui um tráfego de subalternidades que envolvem a vivência do assédio sexual: em geral o assediador é homem, branco, com prestígio social e organizacional.

Costa e Reis (2018) trazem o conceito de interseccionalidade, que tem sido bastante utilizado pelas feministas negras para compreender o fenômeno da articulação entre raça, gênero, sexualidade, classe e regionalidade na vida das mulheres. Os autores recorrem à definição de Crenshaw (2002), como um sistema de múltiplas discriminações, promovendo dinâmicas de interação entre dois ou mais eixos de subordinação. A despeito de nenhuma das entrevistadas se declararem negras e terem curso superior, aspectos que revelam a determinação de gênero aliada a cultura de poder organizacional como pano de fundo fértil para o exercício da violência.

No caso da entrevistada E1, a intersecção se faz porque além de ser mulher e subordinada hierarquicamente, ainda tem a questão do poder que ele exerce pelo prestígio social, de ser considerado um profissional renomado dentro da área.

Os relatos das participantes também expressaram termos que indicam práticas de assédio sexual comuns no meio jornalístico. O “teste do sofá” expressão de eufemismo cunhada na área para nomear um fenômeno sociológico que envolve a troca de favores sexuais por uma pessoa na condição de aspirante ou subordinado a alguém que lhe seja superior em retorno por algo que interesse ao subordinado:

“[...] Então a gente percebe sim que existe o “teste do sofá”, nessa nossa área de comunicação, é uma profissão machista neste sentido que os homens não respeitam muito.” (E2).

O depoimento reforça os aspectos discutidos na categoria anterior acerca da naturalização da violência e das desigualdades. As jornalistas afirmam que a mulher que trabalha em TV tem que aceitar “algumas coisas diferentes” para ascender na carreira.

Flávia associa a beleza ao trabalho de repórter de televisão. No seu discurso, ela reproduz a linha editorial das empresas de comunicação de privilegiar mulheres brancas, novas e com padrão de beleza americana. A escritora americana WOLF (1992) discute o "mito da beleza". Ela mostra que na década de 80, a beleza representava uma busca de status das mulheres equivalente ao papel que o dinheiro representa para os homens. (ROCHA, 2004, p.141).

Os relatos trazem a dura realidade das jornalistas que vivenciam o assédio sexual em suas diversas formas de manifestação no seu cotidiano profissional. Os agressores geralmente são homens, superiores hierárquicos ou ainda fontes entrevistadas que ocupam lugares sociais também superiormente hierárquicos em relação às jornalistas:

[...] “falava de sexo, faziam piadas, tocar, pegar, entendeu? Então quando a gente é novinha a gente acha que é brincadeira, mas agora eu sei que não” (E2).

A jornalista, ao mesmo tempo em que retrata o ambiente em que o machismo e o assédio sexual se manifestavam na redação em que atuava em uma emissora de TV, reconhece que, no início da carreira chegava a associar o assédio a supostas brincadeiras. Ao afirmar que “agora sabe que não”, reconhece o problema como tal. Esse achado talvez se justifique pela ampliação do debate acerca da problemática nas mídias, especialmente na esfera da internet.

O relato que segue, mostra o assédio perpetrado por parte de uma fonte entrevistada, dentro da própria emissora, revelando o descaso e a omissão da mesma em relação ao problema.

[...] Quando entrei na sala ele disse: “mas é ela que vai entrevistar a gente?” Além de ser algo hostil, porque parecia que eu não tinha capacidade para aquilo, foi na maldade. Uma situação muito chata. Depois que fui editar a reportagem, além de vários comentários do tipo ao longo da entrevista, como “você está me distraído e eu não estou conseguindo me concentrar” (E3).

Eu ficava em posições desconfortáveis, tinha que passar por baixo da câmera para colocar água para o entrevistado. Me sentia um pedaço de bife. Foi ficando pior e ele continuava, mesmo com a câmera gravando. Editar aquilo depois foi tão frustrante, tive que escutar tudo de novo (E3).

Neste relato, assim como no depoimento de E1, as entrelinhas descortinam a interseccionalidade influenciando a vivência do assédio sexual. Nesse caso, o assediador era um político famoso na região, deixando clara a relação de poder, prestígio social e subalternidade da jovem jornalista, que ao relatar o caso à empresa, suspeitou estar arriscando o seu emprego. Aqui podemos verificar as relações de poder que geram desigualdades sociais e que impactam na vida da mulher jornalista, quando passam por situações como de assédio sexual, vivenciada pela entrevistada E3.

Aqui, cabe resgatarmos o conceito de assédio sexual apresentado, anteriormente, no referencial teórico, que, segundo Melo (1999, p.92) “No contexto das relações face-a-face caracteriza-se pelo uso abusivo do poder de uma parte em relação à outra, visando à obtenção de favores sexuais. Em termos práticos, o assédio sexual inclui iniciativas verbais, não-verbais e físicas”.

Além disso, segundo o MPT; OIT (2017) o assédio sexual pode ocorrer por parte de pessoas que possuem vínculos não diretos com a organização, a exemplo de clientes da empresa ou prestadores de serviço.

Não raro a associação entre o assédio moral e sexual praticado contra mulheres existe como um tipo de violência de gênero, porque historicamente a mulher tem ocupado posição hierárquica inferior à dos homens, o que favorece fenômenos como o assédio sexual ou moral praticado contra mulheres. O assédio sexual enquanto violência pode ser compreendido como consequência de uma negação do outro. Advém da fantasia do agressor, que percebe no comportamento da vítima, não uma negativa de suas investidas, mas um incentivo, um elemento adicional no jogo sexual (FUKUDA, 2012), conforme podemos observar nos relatos até aqui apresentados.

Algumas jornalistas relataram ainda a necessidade de buscar recursos para desviar de alguns artifícios que os assediadores se utilizam para alcançar o alvo de seu desejo, como o relato da entrevistada

Por exemplo: Me passa seu contato que eu vou te passar algumas informações” e a gente sabe que não está pedindo contato para alguma informação, conseguimos perceber isso em algumas pessoas, entendeu? Por exemplo, dependendo da pauta que você está fazendo, aquela pessoa não vai conseguir te passar nenhuma informação, mas pede seu telefone. Coisas desse tipo, e vem falar um “oizinho”. Você passa as vezes por educação ou porque você precisa mesmo ter

contato com alguém daquele lugar, e a pessoa depois começa a mandar algumas mensagens querendo puxar assunto (E4).

O problema torna-se ainda maior quando o assediador é um político, detentor de status social, que patrocina o programa no qual a vítima jornalista trabalha, a impossibilitando de tomar providências mais enfáticas, a fim de evitar perder o emprego. O relato da E5 se assemelha com os de E1 e E3 anteriormente apresentados, por tratar da questão da interseccionalidade, da impossibilidade de reagir ao assédio, por temer enfrentar uma figura masculina e de status social.

Quando eu comecei, fazia um programa para um determinado político, uma autoridade política. Ele comprava esse programa para mostrar algumas coisas da cidade e ele fazia algumas brincadeiras, por exemplo: “como você está bonita hoje”, “você está diferente hoje” e até que um dia ele me convidou para almoçar ou jantar. Respondi: “eu vou verificar se meu marido tem disponibilidade e te aviso”, já dei essa direta e ele respondeu: “mas eu não estou convidando seu marido, estou convidando você”. Foi bem desagradável e como ele tinha uma fama que se achava por ser político e que muitas pessoas acabavam cedendo algumas coisas para ele pelo dinheiro que ele tinha. Ele achava que podia tudo, entendeu? (E5).

Pode-se considerar assédio sexual mesmo sem contato físico. Expressões escritas, faladas ou com gestos e imagens, assim como comentários em redes sociais e presentes oferecidos podem conferir em assédio sexual (MPT; OIT, 2017).

Quando os agressores são confrontados com uma postura de negação por parte da vítima, ou quando compreendem que seus comportamentos são julgados como inapropriados seja por parte da vítima, ou por um terceiro elemento, é frequente que se tornem agressivos (FUKUDA, 2012). Para a autora:

Acreditamos que existe uma dificuldade em caracterizar o crime de assédio por parte das instituições sociais, cujo fundamento está em nosso padrão cultural que legitima comportamentos sexuais predatórios por parte do homem, e termina por não incriminar a conduta do agressor, tratando o assédio como um problema nas relações de trabalho, e não como uma violência contra a mulher (FUKUDA, 2012, p.128).

Embora alguns relatos sobre assédio sexual não tratem de um agressor superiormente hierárquico na redação, como no caso do assédio por fontes entrevistadas, cabe ressaltar que, compreendido a partir de uma perspectiva mais abrangente, o assédio sexual perpetrado em um ambiente organizacional hostil e permissivo a essas condutas assume significados que apontam cada vez mais para a necessidade de desenvolvimento de estratégias por parte das organizações.

Segundo a Convenção do Conselho da Europa para Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica, designada por Convenção de Istambul (SOTTOMAYOR, 2015), as barreiras e perigos que “as mulheres e as meninas têm de enfrentar no seu dia a dia – na família, na rua, na escola e no trabalho – bem como as práticas discriminatórias de que são alvo pelo único fato da pertença a um gênero, o feminino (SOTTOMAYOR, 2015, p.106). A referida Convenção deve ser tomada como referência por buscar enfrentar um mecanismo social pelo qual as mulheres são coagidas a assumirem uma posição de subordinação em relação aos homens. Trata-se de um avanço a não aceitação atual por parte da sociedade europeia do desrespeito ao direito do indivíduo, fazendo perder espaço as impunidades permeáveis e abusivas dos micropoderes cotidianos (CAMPOS, 2017).

Assim, as narrativas das jornalistas entrevistadas confirmam os pressupostos teóricos levantados no presente estudo: que o assédio moral e o assédio sexual, quando vivenciados por mulheres, são determinados e por questões de gênero. A construção histórica e social do ser mulher cerceou a cidadania feminina em todas as esferas da vida, de modo que, mesmo a conquista de espaço do mercado de trabalho assume significados de subalternidade, quando são destinadas às mulheres as atuações profissionais socialmente menos valorizadas, ou ainda que exigem supostos atributos “naturais femininos”.

Esse processo de sujeição das mulheres a essa lógica contraditória de dominação masculina permeia o ambiente organizacional das redações, que parecem alheias aos fatos, embora os testemunhem no cotidiano.

Compreender a construção histórica e social de gênero na gênese do assédio sexual nas organizações é elemento primordial para o enfrentamento do assédio sexual que vitimiza as mulheres jornalistas. Desse modo, confirmamos o assédio como

violência de gênero, definida como um tipo de violência determinada pelo simples fato de ser mulher, atravessado pelas questões de classe social e hierarquia institucional. Não é fenômeno recente e atravessa gerações, conforme podemos observar no relato de E3, para a qual, a entrevista fez recordar o fato de sua mãe ter passado pelo mesmo problema de assédio sexual no ambiente de trabalho:

[...] Minha mãe já sofreu algo bizarro em uma empresa. No final do expediente um gestor dela trancou ela em uma sala, empurrava ela na parede e falava que ela não ia sair de lá até ela dar o que ele queria. Ela não sabia o que fazer e guardou isso com ela por anos. Passou por outras empresas, outros assédios sem falar nada. (E3)

Na categoria a seguir analisaremos se o processo de enfrentamento do problema pelas jornalistas entrevistadas é diferente do silenciamento velado pela mãe de E3.

4.3 Limites e possibilidades do enfrentamento do assédio sexual contra mulheres no jornalismo

Segundo Soares (2018), o problema do assédio sexual vem ganhando visibilidade social, de modo que o número de denúncias dobrou em 2017 em relação ao ano de 2012, em virtude do debate internacional sobre o tema e à difusão de campanhas acerca do problema, principalmente nas redes sociais digitais. Contudo, essa visibilidade não tem se traduzido em estratégias de enfrentamento do problema. A história narrada por E1, a seguir revela o silenciamento que permeia seu sofrimento na ocasião do assédio. Mesmo se sentindo violentada, não aparece na fala da depoente a consideração da possibilidade de acionar a polícia, por exemplo.

[...] minha amiga me levou de volta pra mesa, pra sentar ao lado dele de novo e eu lembro que ele tentou pegar de novo na minha coxa e eu tirava a mão dele. Nisso eu peguei meu celular e fiquei mandando mensagem para a minha mãe e meu padrasto irem me buscar, só que eu pensei: “Se meu padrasto souber o que está acontecendo, ele vai fazer uma besteira, então eu não vou falar nada [...], enquanto eu tentava escrever a mensagem, ele viu o que eu estava escrevendo e tirava meu celular, só que ele ficava brincando com a situação dizendo:

“Você não vai pegar o celular, vai ficar aqui conversando com a gente”, mas na verdade ele via o que eu estava escrevendo e não deixava eu pegar o celular (E1).

Neste trecho da entrevista vemos a forma inicial que a jornalista enfrentou a situação, recorrendo ao âmbito das relações familiares, mesmo deixando oculta a situação, uma vez que ficou com medo do que o seu padrasto poderia fazer ao saber do assédio sexual sofrido por sua enteada.

A construção cultural do papel da mulher como mediadora de conflitos entre homens naturalmente violentos é presente no depoimento, a ponto de E1 temer o que seu padrasto (e não sua mãe) faria se tomasse conhecimento da agressão. Em todo o depoimento, não é sequer mencionada a possibilidade de recorrer à polícia, revelando talvez o sentimento de culpa ou vergonha por parte da vítima, ou ainda, a compreensão do problema como de cunho privado, não sendo reconhecido como crime, demandado também de segurança pública.

Ainda na questão enfrentamento o desfecho desse relato se deu com a jornalista revelando o caso a um amigo que a orientou a procurar o RH da empresa.

Eu contei tudo pra ele[amigo] e ele contou a uma colega de trabalho nossa e, ela por sua vez, contou que ele já havia tentado beijar ela também [...] ai eu cheguei no RH, conversei com eles e fiquei sabendo que isso havia acontecido com outras pessoas que já não trabalham mais lá, tinha até o documento de uma menina que trabalhou lá [...], desabafei com o RH (E1).

Segundo Martiningo e Soares et al. (2008) as organizações precisam compreender que a implantação de políticas de prevenção e de monitoramento dos casos de assédio não pode pertencer somente à área de gestão de pessoas. O seu enfrentamento necessita ser engajado por todos os envolvidos, a exemplo de gestores e funcionários. Sem excluir os que não se sentem ameaçados por este problema, uma vez que a infeliz prática contribui para a deterioração também do ambiente de trabalho.

[...] isso aconteceu na segunda-feira, e na terça-feira eu fui fazer o Boletim de ocorrência, fui sozinha na delegacia da mulher, que fica próxima à estação Santa Cruz, fui lá e conversei, mas como o caso ocorreu longe daquela delegacia eles me transferiram para outra e depois para outra, foi a maior enrolação (E1).

A jornalista relata a longa jornada que passou enquanto procurava ajuda institucional. Os resultados de uma pesquisa qualitativa realizada por Oliveira e Barbosa et al. (2003) em dois serviços públicos de atendimento às mulheres vítimas da violência sexual em São Paulo, revelou que entre as 42 entrevistadas, havia relutância em buscar atendimento ou, simplesmente não o procuravam, logo após a violência pela necessidade em fazer primeiro o boletim de ocorrência ou exame pericial no Instituto Médico Legal (IML). As entrevistadas temiam os constrangimentos associados ao mau atendimento no IML e delegacias, onde disseram terem sido maltratadas, já que eram até mesmo culpabilizadas pela agressão sofrida. (OLIVEIRA; BARBOSA et al; 2004). No relato a seguir, podemos identificar como a empresa reagiu ao caso.

[...]o clima já estava um pouco estranho, pesado, na redação o pessoal parecia que ignorava ele, ai ele subiu pro RH e não voltou, e subiu os gestores de todas as equipes e desceram depois e a diretora de conteúdo da emissora chamou a minha equipe e falou: 'Nós vamos desligar o XXX e ao longo do dia nós vamos avisar vocês o que vai acontecer com a equipe e tudo mais'. A princípio eles não avisaram, os gestores não falaram o porquê da demissão, nem para ele, porém uns cinco minutos depois ele desceu para a redação, e eu achava que ele sabia o motivo da demissão, mas ele não sabia." Ele chegou com deboche, dando risadinhas, conversou com o pessoal brincando e falou: "Nossa, eu só queria entender o que aconteceu", mas na minha cabeça eu pensei que ele já sabia o que tinha acontecido, então nessa hora eu estourei de raiva e falei: "Como assim você não sabe o que aconteceu?" e falei que eu estava sonhando com a mão dele em cima de mim e comecei a descrever o que ele fez. Ele fez uma cara de quem estava achando aquilo muito estranho, na frente de todo mundo, na frente da minha equipe. Ai uma menina do RH desceu e me tirou de lá, me levou pra eu tomar água e ele foi embora. Me ofereceram tratamento psicológico, no mesmo dia chamaram um táxi e me deram licença. Eu fiquei uns dez dias afastadas e voltei. Algumas pessoas não acreditam, mas a maioria das pessoas da redação acreditam em mim porque viam o comportamento machista dele e até me disseram que não ficaram surpresos, e as que não acreditaram em mim eram algumas amigas dele, o que é triste né, ver mulheres passando pano pra machismo (E1).

De acordo com o relato do desfecho da história vivenciada por de E1, podemos verificar que a forma de enfrentamento por parte da empresa foi demitir o assediador,

oferecer tratamento psicológico para a jornalista, além de um comunicado interno sobre a temática assédio.

[...]a empresa fez um evento chamado “Encontro de culturas” para começar a aumentar os valores da empresa, e eu lembro que na mesma semana que tudo aconteceu, eles mandaram um e-mail na comunicação corporativa dos funcionários, falando sobre assédio moral, assédio sexual e o que deveria ser feito caso isso acontecesse (E1).

A jornalista teve o respaldo por parte da empresa, mas sobre o impacto na carreira e na vida ela ainda sente traços de culpa, ressaltando a importância do envolvimento da equipe, que, na ocasião, se dividiu entre apoio e culpabilização e desconfiança.

Quando eu contei para minha equipe, ela me deu um colo sabe? Todo mundo me deu um apoio emocional muito forte nesse sentido. O que eu precisava eu não sei te dizer, eu acho que o que eu precisava é uma coisa que não dependia da empresa, e não dependia de mim, e era a sororidade de algumas pessoas que não acreditaram em mim, isso me magoou porque se uma pessoa não acreditou em você, aquilo machuca.” [...]Eu lembro muito bem o que aconteceu, tenho certeza disso, mas as vezes bate uma certa culpa como: “Olha o tamanho da confusão que eu criei de certa forma”, as vezes bate o sentimento de culpa (E1).

Segundo Henn e Scherer et al. (2018) no ano de 2015, houve a sanção da lei nº13.104, artigo V estabelecendo como crime o feminicídio contra a mulher quando o crime envolve: violência doméstica e familiar; Il menosprezo ou discriminação à condição de mulher” (BRASIL, 2015). Porém o autor observa que, com a Lei, mesmo não tendo havido redução nos índices de violência, a norma serviu para dar visibilidade ao reconhecimento das mulheres como vítimas de violência, no qual tem origem em antigos pressupostos que colocam o homem como superior a mulher. Para o autor esse debate precisa ser levado aos movimentos que culpabilizam a mulher pelo assédio sexual vivido, além de outras pautas, como luta contra a opressão.

Órgãos como Ministério Público do Trabalho (MPT) e Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2017) concordam que essa culpabilização que normalmente as vítima de assédio são acometidas advém de uma série de preconceitos e barreiras para

romper com o silêncio, já que foram culturalmente programadas para agir dessa forma (MPT;OIT, 2017).

Sobre o enfrentamento ao assédio a E2 acredita que as empresas deveriam ter canais específicos, para essa finalidade.

[...] Eu acho que a empresa, todas as empresas né, deviam ter um departamento pessoal, deveriam ter as estruturas mais separadas dentro da empresa, o RH, o departamento pessoal, o psicólogo, com pessoas que realmente são capacitadas para ouvir [...] (E2).

A entrevistada E4 concorda e coloca seu ponto de vista sobre a questão:

[...] Mas sinceramente, conhecendo as empresas pelas quais eu passei, é uma coisa que eu só acredito vendo. A não ser que exista uma lei, que seja legalizado que todas as empresas tenham um departamento voltado para a mulher e possíveis denúncias de assédios. Porque as empresas jornalísticas, infelizmente, a maioria pelas quais eu passei até hoje, não obedecem nem as leis básicas trabalhistas, quanto mais um departamento que nem é legalizado. Mas eu acho que é a melhor canal seria um departamento voltado para a mulher, porque se ela entra no departamento pessoal da redação da empresa, vão ser um monte de homens. Você acha que ela vai se sentir confortável? Não vai. Ela está em um ambiente hostil, então ela não vai se sentir à vontade para denunciar (E4).

Segundo a Comissão Para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) as consequências para a pessoa assediada são estresse pós-traumático, ansiedade, perda de autoestima, depressão, perturbações da memória, perturbações do sono, apatia, problemas digestivos, irritabilidade, podendo até conduzir ao suicídio. Além disso, traz consequências financeiras para as empresas privadas ou públicas, levando a redução de produtividade, rotatividade de colaboradores entre outros fatores como absentismo. Também devido ao aumento de demanda a psiquiatria, aumenta o orçamento do Sistema de segurança social. (CITE, 2019).

A entrevistada E3 também tem a sua visão sobre a temática e afirma que sua empresa, uma multinacional, assim como as demais empresas nacionais no qual a E1, E2, E4 e E5 passaram não possui um canal para relatar os casos de assédio sexual.

[...] Na maioria das empresas não tem. Elas ainda não estão dando esse espaço. As vezes tem algumas campanhas tão legais para as mulheres, mas o chefe é homem. Por exemplo, temos uma sala de aleitamento materno. Quando a mulher estiver grávida pode ir lá tirar o leite. Super legal. Mas na prática para ir lá você tem que conversar com um homem, que as vezes não entende sua posição (E3).

Quando meu chefe chegou eu comentei sobre a situação e ele disse que sentia pelo ocorrido, mas que não podia fazer muita coisa. Esse cara voltou para outra entrevista sobre assédio em ônibus e ele foi acompanhar um político que estava fazendo uma lei que multava os homens que assediavam as mulheres no ônibus. E ele começou a falar do assunto, super empoderado concordando que assédio não deveria existir, falando que quem fazia isso era ridículo. E eu fiquei chocada. Eu não podia falar nada por causa do meu emprego (E3).

Eu dei esse corte, falei que ia falar com meu marido se ele tinha disponibilidade e depois eu dava retorno. Ele nunca mais passou dos limites. Mas tinham brincadeiras inconvenientes sim, ou seja, se eu tivesse dado risada ou aceitado, não sei até que ponto chegaria. (E5).

Portanto, nestes dois trechos extraídos da entrevistada E5 identificamos elementos de nossas categorias de análises, anteriormente apresentadas. No primeiro, o impacto para a carreira também fica evidente quando a jornalista se vê obrigada, tanto por cortesia, como porque precisa dos contatos do ambiente da reportagem em questão, no entanto, se incomoda com a atitude de algumas falsas fontes, quando precisa desempenhar o seu trabalho diário, e é importunada com mensagens de cunho não profissional. Outro ponto que merece uma análise neste relato é o fato dela se “proteger” do assediador colocando outra figura masculina como escudo, no caso o esposo, não optando por, simplesmente, dizer não e nem pela busca de mecanismos de enfrentamento no âmbito da empresa.

Ken Fujioca, fundador da ADA Strategy e mentor para startups via Endeavor Brasil, além de presidente do conselho do Grupo de Planejamento, responsável por pesquisa feita em 2017 com 1.400 profissionais do setor na Grande São Paulo sob o título “*Hostilidade, Silêncio e Omissão: O Retrato do Assédio no Mercado de Comunicação em São Paulo*” explica em entrevista concedida a Universidade Metodista (2018) que se sente pregando no deserto, porque em 10 meses de lançamento, a pesquisa já foi levada para 47 agências e apenas uma aceitou o desafio de produzir cartilha com orientação sobre o tema aos funcionários. O próprio Ken assumiu-se

assediador e decidiu passar de vitrine para estilingue: “Trabalhei por anos após o expediente e não fiz mal somente a mim, mas aos outros da equipe. Fui desumano e exerci uma forma silenciosa de poder”, testemunhou (METODISTA, 2018).

Segundo MPT e OIT (2017) é imprescindível empoderar-se e não ceder ao assédio sexual, a fim de que ele não se propague recomenda-se, entre outras coisas, ser claro na negativa às investidas, não ficar sozinha (o) com o assediador, buscar ajuda dos colegas da área, reunir provas, comunicar os superiores, relatar o fato a órgãos como a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e ao Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT). (MPT; OIT, 2017, p.16).

Produtos de pesquisa, a exemplo das Cartilhas como a MPT e OIT (2017) deixam-nos uma orientação do que as empresas poderiam fazer para evitar esse tipo de problema. Entre elas, instaurar meios de comunicação eficientes, com regras e sanções aos atos de assédio, com garantia de sigilo de identidade, além disso, debater o tema assédio no que diz respeito a prevenção de acidentes de trabalho, oferecer treinamentos, palestras e formas de conscientização aos trabalhadores sobre o respeito e a igualdade entre homens e mulheres. Também deve-se oferecer capacitação aos integrantes dos recursos humanos e do SESMT, sem excluir os líderes, chefia e gerência. É importante que se incluam regras de conduta a respeito do problema nas normas da organização, com maneiras de apuração e punição. Indica-se a negociação com os sindicatos como formas de prevenção ao assédio sexual. (MPT; OIT, 2017, p.17).

Com base nos relatos das jornalistas acerca da vivência do assédio, o presente estudo propõe orientações para o enfrentamento da problemática no âmbito das organizações no jornalismo:

1. Partir do pressuposto de que vivemos em uma sociedade fundada nas desigualdades e que as mulheres vivenciam no trabalho e nas demais esferas com as quais se relacionam socialmente, vulnerabilidades de uma estrutura social androcêntrica;

2. Considerar a interseccionalidade, especialmente o recorte racial na análise dessas desigualdades;
3. Desenvolver comissões ou divisões organizacionais voltadas para a abordagem do problema, para a qual devem ser reportados os casos de assédio sexual, garantindo a participação ativa das mulheres em todas as fases e instâncias;
4. Dispor de espaços de escuta com sigilo e privacidade, que sejam gerenciados por mulheres, de modo que as mulheres possam relatar o problema de maneira segura e acolhedora;
5. Desenvolver produtos comunicacionais, nos diversos formatos de mídia, que sejam disponibilizados na ambiência física e digital organizacional no sentido de dar visibilidade ao comprometimento das organizações e combater o assédio sexual, seja entre funcionários, seja por parte de fontes;
6. Dar visibilidade, a partir de diversas mídias comunicacionais, à legislação em relação ao assédio sexual, tanto no trabalho, quanto na legislação civil, manifestando o comprometimento da empresa em fazer cumprir as legislações vigentes;
7. Oferecer canais de comunicação que permitam a denúncia sigilosa do problema, seja pela vítima, seja por terceiros, a exemplo de um disque denúncia organizacional;
8. Promover e incentivar a qualificação profissional dos funcionários dos Recursos Humanos para que estejam aptos a gerenciar planos de ação e programas institucionais de prevenção e enfrentamento do assédio sexual;
9. Desenvolver estratégias de educação continuada para trabalhadores e trabalhadoras, pautadas na equidade de gênero para a prevenção e o enfrentamento do assédio;
10. Mapear a rede de atenção às mulheres vítimas de violência local e disponibilizar informações internas sobre os equipamentos sociais disponíveis para atender as mulheres em relação a demandas decorrentes da vivência do assédio sexual ou outros tipos de violência de gênero;
11. Implementar campanhas periódicas internas e externas, assumindo enquanto organização, o comprometimento com a erradicação do problema;

12. Promover políticas internas afirmativas, com base na perspectiva de gênero, que permitam às mulheres uma inserção mais equitativa nos cargos de liderança;
13. Desenvolver estratégias disruptivas na prática jornalistas que demonstrem a capacidade das mulheres de exercerem qualquer cargo ou assumirem qualquer cobertura, independentemente de seu gênero;
14. Reverificar os conteúdos e métodos de qualificação da força de trabalho, introduzindo, desde a formação acadêmica no jornalismo, conteúdos relacionados à história das mulheres no jornalismo e às práticas jornalísticas no sentido de desnaturalizar concepções acerca do lugar das mulheres no jornalismo e na sociedade;
15. Desenvolver estratégias educacionais emancipatórias a partir de metodologias ativas que possibilitem a problematização dessa realidade junto às academias e acadêmicos das graduações em jornalismo e nas demais modalidades de formação que compõem a área da comunicação;
16. Incentivar o desenvolvimento de pesquisas e eventos no campo da comunicação, que descortinem o lugar social das mulheres trabalhadoras, assim como as discriminações e o assédio no sentido de dar visibilidade e fundamentar possibilidades de enfrentamento;
17. Promover o intercâmbio organizacional e a divulgação de estratégias exitosas de enfrentamento do assédio sexual que possam servir de base para replicação em outros cenários.
18. Promover espaços coletivos de reflexão entre os funcionários, para que todas e todos reconheçam-se, enquanto sujeitos corresponsáveis para a construção de um jornalismo mais justo, igualitário e desvinculado de estereótipos de gênero que engendram a violência e a discriminação;

Para cumprir o terceiro objetivo específico da pesquisa e fundamentado no item 5 das orientações apresentadas, nos propomos a elaborar um produto comunicacional com a finalidade de promover a reflexão, assim como a visibilidade social do assédio sexual enquanto um problema cujo enfrentamento é pauta de interesse público. A

seguir será apresentado o produto comunicacional desenvolvido a partir dos resultados apresentados.

CAPÍTULO V - PROPOSTA DE INTERVENÇÃO OU APLICAÇÃO

A proposta de intervenção pautada pelos resultados da pesquisa constitui na elaboração de diretrizes para o enfrentamento do assédio sexual praticado contra jornalistas, além de produto comunicacional jornalístico no formato de reportagem, para dar visibilidade aos achados. Também se pretendeu, com base em uma estratégia comunicacional integrada elaborar um plano de divulgação do produto desta pesquisa.

Segundo Corrêa (2005) a estratégia global de comunicação, necessita de um processo minucioso de elaboração e construção do misto de comunicação digital. Portanto, o conteúdo proposto foi pulverizado também nos canais e redes digitais, por meio da elaboração de arte publicitária, ao qual foi retratado os resultados da presente pesquisa. O conteúdo da peça foi publicado nas redes sociais (Facebook e Instagram), inicialmente nas páginas da Agência Conecta, de Marketing Digital, ao qual sou sócia fundadora, a fim de que o conteúdo fosse disseminado, levando assim, o resultado da pesquisa, com linguagem própria para esses canais e, com o objetivo de propagar para os colaboradores da minha organização, às diretrizes elaboradas a partir da pesquisa, realizando um trabalho de interferência na prática.

Comunicação Integrada: Peça publicitária para postagem em redes sociais:

Figura 1 – Conteúdo de Postagem

O IMPACTO DO ASSÉDIO SEXUAL E DA DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO NA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE MULHERES JORNALISTAS

Pesquisas revelam que:

As jornalistas naturalizam o assédio

As empresas, em unanimidade, não ofereciam canais próprios para as denúncias de assédio

Os casos ficam nas sutilezas do dia a dia, a maioria das vítimas assediadas utilizam-se como forma de enfrentamento apenas revelar o ocorrido para um colega próximo.

O assédio pode vir de pessoas não vinculadas diretamente ao veículo, como leitores, fontes jornalísticas, patrocinadores dos veículos

Entre os impactos sofridos pelas entrevistadas estão o sentimento de impotência, o ter de silenciar-se frente a situações humilhantes, a fim de prezar pela manutenção do emprego

Foi unanimidade entre as jornalistas o desejo da existência de um departamento próprio para tratar deste problema

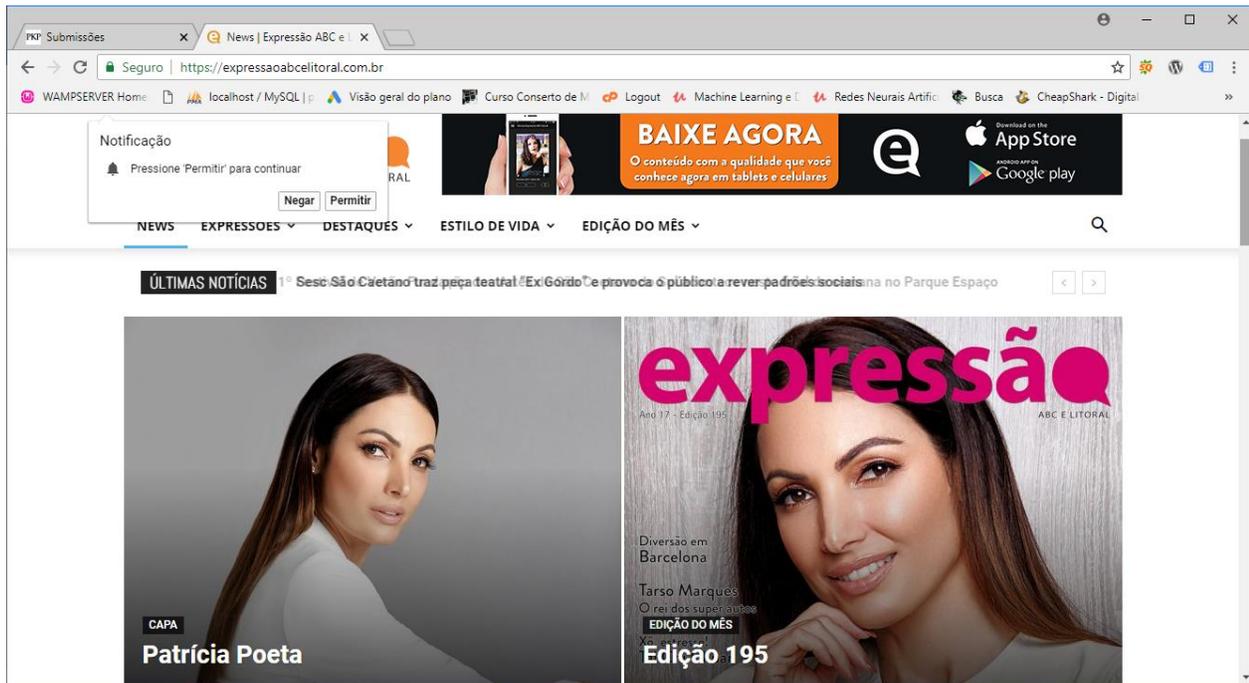
Além do assédio elas sofrem com discriminação de gênero, quando relatam desvantagem na profissão por ser mulher e não conseguir empregos em áreas nichadas e ditas masculinas, como a esportiva.




Fonte: Autora.

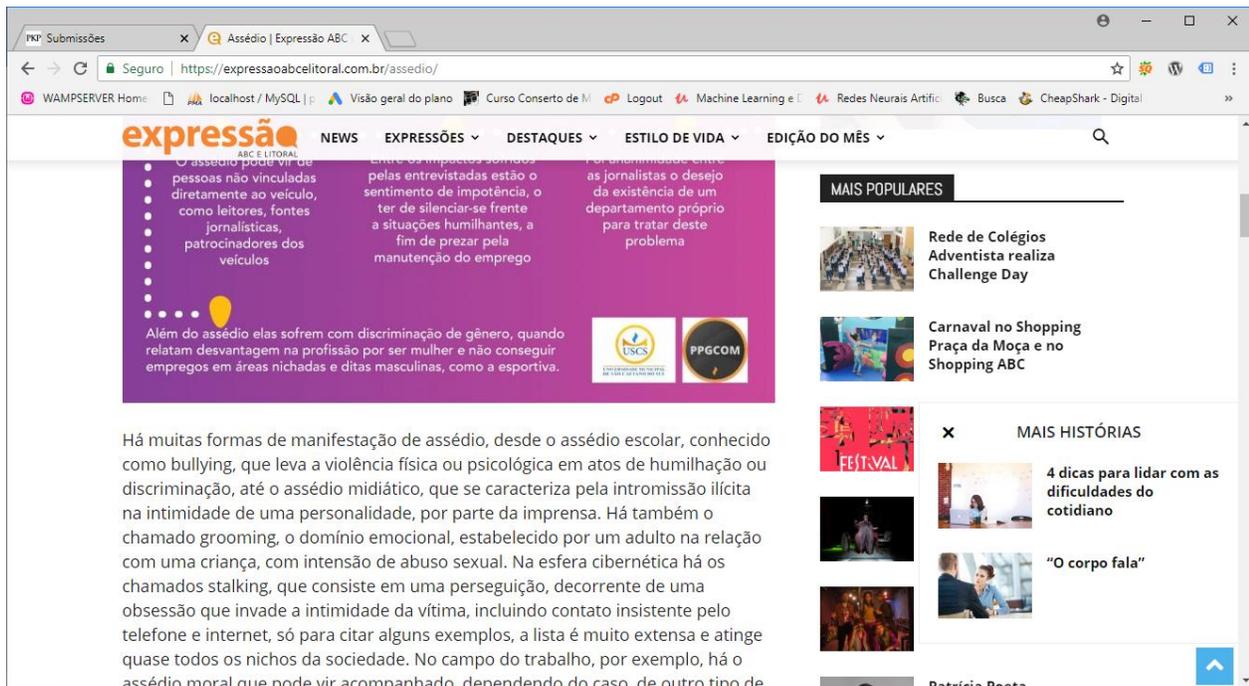
O conteúdo de postagem (Figura 1) foi replicado nas redes sociais jornalísticas ao qual sou editora, sendo elas: a Revista *Expressão ABC & Litoral*, publicação voltada ao público AB, da região do Grande ABC e Litoral, com versão impressa, contendo 30 mil tiragens (auditadas) mensais e versão da revista em formato de portal, tendo a média de 10 mil acessos mensais. O Instagram possui 14.800 seguidores e o Facebook

Figura 3 – Reportagem no portal da Revista Expressão



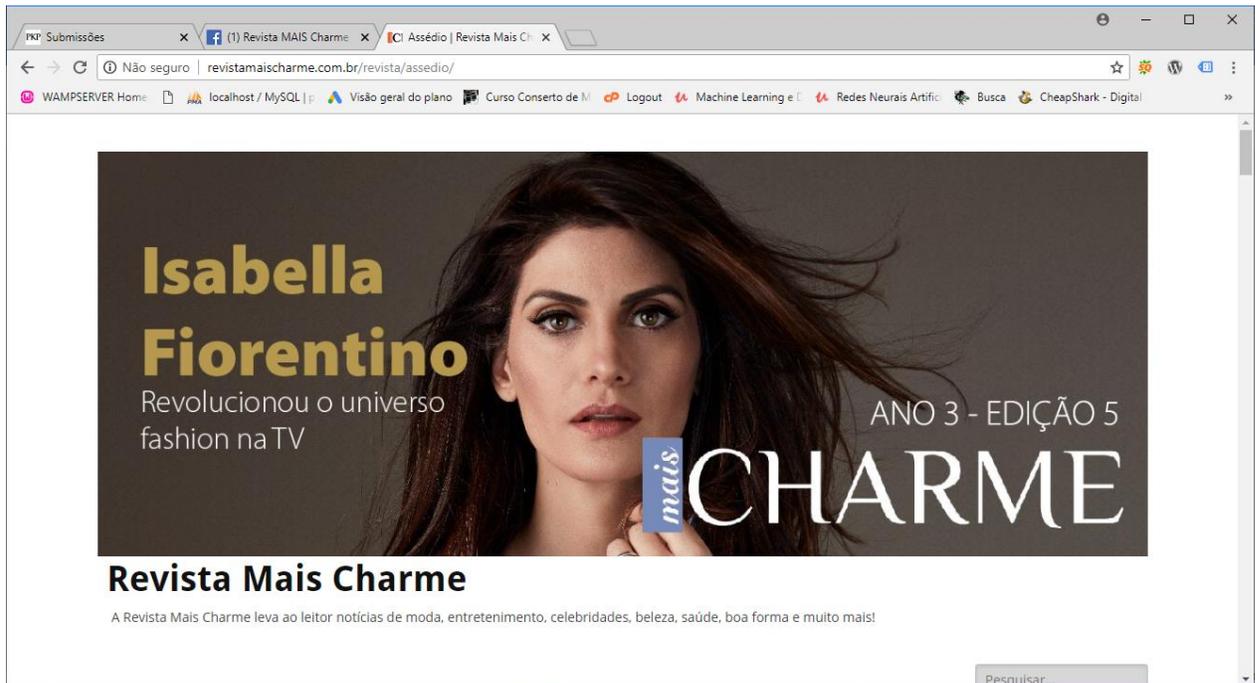
Fonte: Autora.

Figura 4 – Reportagem Jornalística



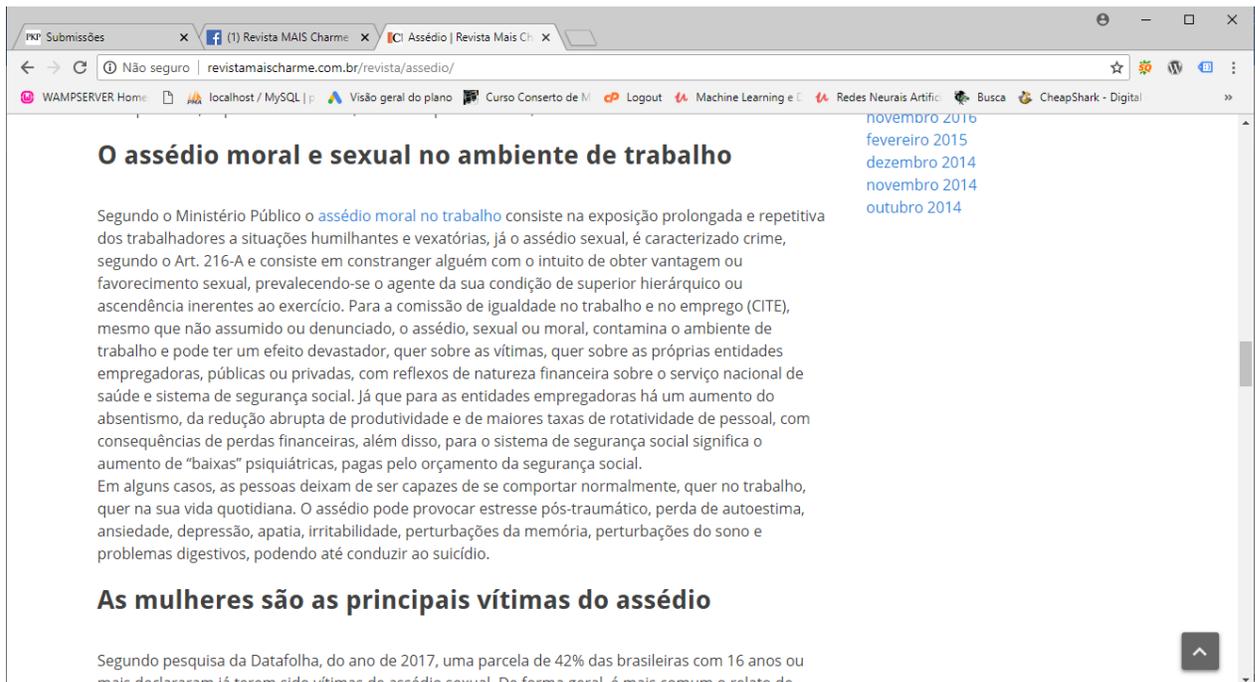
Fonte: Autora.

Figura 5– Reportagem no portal da Revista Mais Charme



Fonte: Autora.

Figura 6 – Reportagem Jornalística



Fonte: Autora.

Segue o conteúdo de reportagem na íntegra publicado nos referidos canais:

Editoria: Comportamento

Páginas: 3

Título: Assédio

Linha fina: O silenciamento e o conformismo da sociedade frente ao problema mundial gera consequências para as vítimas!

Por Janaina Moro

Créditos Fotos: Banco de imagem

Há muitas formas de manifestação de assédio, desde o assédio escolar, conhecido como bullying, que leva a violência física ou psicológica em atos de humilhação ou discriminação, até o assédio midiático, que se caracteriza pela intromissão ilícita na intimidade de uma personalidade, por parte da imprensa. Há também o chamado grooming, o domínio emocional, estabelecido por um adulto na relação com uma criança, com intensão de abuso sexual. Na esfera cibernética há os chamados *stalking*, que consiste em uma perseguição, decorrente de uma obsessão que invade a intimidade da vítima, incluindo contato insistente pelo telefone e internet, só para citar alguns exemplos, a lista é muito extensa e atinge quase todos os nichos da sociedade. No campo do trabalho, por exemplo, há o assédio moral que pode vir acompanhado, dependendo do caso, de outro tipo de assédio, o assédio sexual.

Figura 7 - Assédio



Fonte: Banco de imagens

5.1 O assédio moral e sexual no ambiente de trabalho

Segundo o Ministério Público o assédio moral no trabalho consiste na exposição prolongada e repetitiva dos trabalhadores a situações humilhantes e vexatórias, já o assédio sexual, é caracterizado crime, segundo o Art. 216-A e consiste em constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício. Para a comissão de igualdade no trabalho e no emprego (CITE), mesmo que não assumido ou denunciado, o assédio, sexual ou moral, contamina o ambiente de trabalho e pode ter um efeito devastador, quer sobre as vítimas, quer sobre as próprias entidades empregadoras, públicas ou privadas, com reflexos de natureza financeira sobre o serviço nacional de saúde e sistema de segurança social. Já que para as entidades empregadoras há um aumento do absentismo, da redução abrupta de produtividade e de maiores taxas de rotatividade de pessoal, com consequências de perdas financeiras, além disso, para o sistema de segurança social significa o aumento de “baixas” psiquiátricas, pagas pelo orçamento da segurança social.

Em alguns casos, as pessoas deixam de ser capazes de se comportar normalmente, quer no trabalho, quer na sua vida quotidiana. O assédio pode provocar estresse pós-traumático, perda de autoestima, ansiedade, depressão, apatia, irritabilidade, perturbações da memória, perturbações do sono e problemas digestivos, podendo até conduzir ao suicídio.

5.2 As mulheres são as principais vítimas do assédio

Segundo pesquisa da Datafolha, do ano de 2017, uma parcela de 42% das brasileiras com 16 anos ou mais declararam já terem sido vítimas de assédio sexual. De forma geral, é mais comum o relato de assédio entre as mais escolarizadas (57%) e de renda mais alta (58% na faixa com renda mensal familiar acima de 10 salários) do que entre aquelas que estudaram até o ensino fundamental (26%). Além disso, Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) indicam que 52% das mulheres economicamente ativas já foram assediadas sexualmente.

Outra pesquisa da ActionAid – organização internacional de combate à pobreza, realizada em 2019, trouxe resultados estarrecedores comparado a outros países, segundo o levantamento elas sofrem com o assédio desde a adolescência. Por meio de entrevistas com meninos e meninas de 14 a 21 anos de quatro países pesquisados: Brasil, Quênia, Índia e Reino Unido, constatou-se que 53% das brasileiras dessa faixa etária disseram se preocupar com assédio ‘todos os dias’. O resultado é mais que o dobro do que a mesma pesquisa aferiu no Quênia (24%) e cerca de três vezes maior que na Índia (16%) e no Reino Unido (14%). No Brasil, quase 9 em cada 10 jovens testemunharam algum tipo de ofensa contra meninas nos últimos seis meses. Essa exposição ocorreu principalmente com a família (39%) e amigos (34%). Questionados onde viram, o grupo brasileiro listou redes sociais (55%), filmes ou programas de TV (43%), letras de músicas (34%), e famosos (23%). A pesquisa caracterizou assédio como “comentários indesejadas ou impertinentes ou aproximação física”. A lista inclui cantadas, assobios, beijos à força, apalpadinhas, pornô de vingança e comentários depreciativos feitos em público ou nas redes sociais.

As mulheres também estão mais sujeitas ao assédio em todas as carreiras, isso se deve principalmente pela cultura patriarcal ao qual elas estão inseridas, que traz como consequências a objetificação do corpo feminino, que tem origens nas desigualdades de gênero, construídas ao longo da nossa história como sociedade. A historiadora americana John Scott é uma das principais autoras a tratar da temática de como o gênero da pessoa pode interferir na vida do indivíduo, já que, para ela, há uma divisão sexual dos papéis sociais, ou seja, embora homens e mulheres tenham corpos biologicamente distintos, nascemos e somos moldados pela sociedade, alguns papéis já são impostos a meninos e meninas. No caso, menina delicada, gosta de rosinha e bonecas, para assim ser moldada a seu papel de gestora do lar, já os meninos ganham roupinhas azuis e carrinhos, aviões, foguetes para desbravar o espaço.

5.3 O assédio no Jornalismo é tema de discussão acadêmica

A jornalista e mestranda Janaina Moro, do programa PPGCOM, da USCS, Universidade Municipal de São Caetano do Sul defendeu sua dissertação sobre a temática: “O impacto do assédio sexual e da discriminação de gênero na trajetória profissional de mulheres jornalistas”. A pesquisa, de abordagem qualitativa, ouviu relatos de cinco jornalistas do estado de São Paulo, que sofreram assédio, com o objetivo de investigar a percepção dessas profissionais sobre o problema, além da discriminação de gênero vivenciadas em sua trajetória profissional. A pesquisa realizada entre 2018 e 2020 contou com orientação da Dra. Rebeca Guedes Nunes de Oliveira, professora permanente do programa de mestrado profissional da USCS e especialista em estudos de gênero e procurava entender de que forma estratégias de enfrentamento eram identificadas e mobilizadas por mulheres jornalistas nas ocasiões de vivência do assédio sexual no trabalho.

O resultado trouxe que as jornalistas naturalizavam o assédio, além disso, as empresas, em unanimidade, não ofereciam canais próprios para as denúncias de assédio, portanto, os casos de assédio ficavam nas sutilezas do dia a dia. A maioria das vítimas assediadas utilizaram como forma de enfrentamento apenas revelar o ocorrido para um colega próximo.

Foi unanimidade entre as jornalistas o desejo da existência de um departamento próprio para tratar deste problema. Segundo o estudo, entre os impactos sofridos pelas entrevistadas estava o sentimento de impotência, o ter de silenciar-se frente, a situações humilhantes, a fim de prezar pela manutenção do emprego. Além disso, a pesquisa trouxe que o assédio pode vir de pessoas não vinculadas diretamente ao veículo, como leitores, fontes jornalísticas, patrocinadores dos veículos, conforme ocorrido com as entrevistadas da pesquisa. Além do assédio elas sofriam com discriminação de gênero, quando relatavam, por exemplo, desvantagem na profissão por ser mulher e não conseguir empregos em áreas nichadas e ditas masculinas, como a esportiva.

Figura 8 – Assédio



Fonte: Banco de imagem

“Escolhi essa temática quando observei a militância evidenciada, principalmente no ano de 2018, época da copa do mundo de futebol, através das muitas *trending topics* das redes sociais, sobre as hashtags: #jornalistascontraoassedio #ChegaDeAssédio, #Chegadefiuuiu #Primeiroassedio, "Deixa Ela Trabalhar", #jornalistascontraoassedio. E, ao perceber que embora a discussão ganhasse a esfera digital, no âmbito do dia a dia, o assédio continuava silenciosamente, conforme conhecimento de colegas que passavam por isso, mas não vislumbravam formas de superá-lo”, explica a pesquisadora e jornalista Janaina Moro.

Além desse estudo, outro realizada em 2018 pela *Abraji, Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo* revelou que 70,4% das jornalistas respondentes disseram já terem sido alvo de abordagens de homens durante o exercício da profissão que as deixaram desconfortáveis, além de distribuição de pautas com base em estereótipos de gênero, até o assédio sexual perpetrado por colegas e superiores.

“Precisamos de mais pesquisas nessa área envolvendo o combate e o descortinamento de um problema tão sério que é naturalizado e impacta em questões de igualdade de direitos ao exercício pleno das atividades laborais”, finaliza a autora do estudo.

Produto: release: Assessoria de Imprensa

Segmentação: O release foi enviado às organizações jornalísticas, a exemplo da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), segundo esta última, o conteúdo seria repassado internamente aos associados.

O release foi enviado às universidades, a Univap, Universidade do Vale do Paraíba, manifestou o interesse pela pauta e solicitou uma entrevista com a autora para o portal <https://www.univap.br>. Na sessão LabCom Univap.

O release também foi enviado para veículos de comunicação e influenciadoras digitais que cobriam editorias como “comportamento”, “educação” e “sociedade”.

O release enviado com as estratégias de follow up, (expressão em inglês que significa acompanhar ou fazer o acompanhamento) da assessoria de imprensa trouxe a estratégia de divulgação articulada e planejada. O release foi enviado por meio de mailing de porte da Agência Conecta e alcançou dessa forma o resultado final prático e envolvido completamente em minha área de atuação profissional.

A valorização da capacidade profissional do jornalista para atuação no relacionamento com a imprensa e na comunicação institucional é etapa recente, num processo um pouco mais longo, sustentado no interesse das organizações e pessoas em divulgar suas informações e opiniões para a sociedade por meio da imprensa. (DUARTE, 2011, p. 1).

Segue release enviado aos veículos de comunicação e instituições, a fim de disseminar o estudo.

Pesquisa revela que o assédio no jornalismo é naturalizado e visto como um problema de difícil solução

Segundo o estudo empresas não dispõem de canais para denúncias

SÃO CAETANO DO SUL, 10. 01. 2020 - O assédio é um problema da atualidade, que gera consequências maléficas para quem sofre e para a sociedade. Segundo a Comissão para a Igualdade no trabalho e no emprego (CITE), o assédio pode provocar

estresse, irritabilidade, perda de autoestima, ansiedade, depressão, apatia, perturbações da memória, perturbações do sono e problemas digestivos, levando, até mesmo a casos de suicídio. Os reflexos do problema também atingem o serviço nacional de saúde e sistema de segurança social, com prejuízos aos cofres públicos. Muitas são as áreas que sofrem desse mal, entre elas está a jornalística. Segundo a *Abraji, Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo* 70,4% das jornalistas respondentes disseram já terem sido alvo de abordagens de homens durante o exercício da profissão que as deixaram desconfortáveis, além de distribuição de pautas com base em estereótipos de gênero, até o assédio sexual cometido por colegas e superiores.

A jornalista e mestrande Janaina Moro, do programa PPGCOM, da USCS, Universidade Municipal de São Caetano do Sul trouxe a temática em sua dissertação: “O impacto do assédio sexual e da discriminação de gênero na trajetória profissional de mulheres jornalistas”. A pesquisa, de abordagem qualitativa, ouviu relatos de cinco jornalistas do estado de São Paulo, que sofreram assédio, com o objetivo de investigar a percepção dessas profissionais sobre o problema, além da discriminação de gênero vivenciadas em sua trajetória profissional. A pesquisa realizada entre 2018 e 2020 contou com orientação da Dra. Rebeca Guedes Nunes de Oliveira, professora permanente do programa de mestrado profissional da USCS e especialista em estudos de gênero. O estudo procurava entender de que forma estratégias de enfrentamento eram identificadas e mobilizadas por mulheres jornalistas nas ocasiões de vivência do assédio sexual no trabalho.

O resultado da pesquisa trouxe que as jornalistas naturalizavam o assédio, além disso, as empresas, em unanimidade, não ofereciam canais próprios para as denúncias de assédio, portanto, os casos de assédio ficavam nas sutilezas do dia a dia. A maioria das vítimas assediadas utilizaram como forma de enfrentamento apenas revelar o ocorrido para um colega próximo.

Segundo o estudo foi unanimidade entre as jornalistas o desejo da existência de um departamento próprio para tratar deste problema. A pesquisa trouxe que, entre os impactos sofridos pelas entrevistadas estava o sentimento de impotência, o ter de

silenciar-se frente a situações humilhantes, a fim de prezar pela manutenção do emprego.

Além disso, a pesquisa revelou que o assédio pode vir de pessoas não vinculadas diretamente ao veículo, como leitores, fontes jornalísticas, patrocinadores dos veículos, conforme ocorrido com as entrevistadas da pesquisa. Além do assédio elas sofriam com discriminação de gênero, quando relatavam, por exemplo, desvantagem na profissão por ser mulher e não conseguir empregos em áreas nichadas e ditas masculinas, como a esportiva.

Figura 9 – Assédio



Fonte: Banco de imagem

“Escolhi essa temática quando observei a militância evidenciada, principalmente no ano de 2018, através das muitas *trending topics* das redes sociais, sobre as hashtags: #jornalistascontraoassedio #ChegaDeAssédio, #Chegadefiuuiu #Primeiroassedio, "Deixa Ela Trabalhar", #jornalistascontraoassedio. E, ao perceber que embora a discussão ganhasse a esfera digital, no âmbito do dia a dia, o assédio continuava silenciosamente, conforme conhecimento de colegas que passavam por isso, mas não vislumbravam formas de superá-lo”, explica a pesquisadora e jornalista Janaina Moro.

“Precisamos de mais pesquisas nessa área envolvendo o combate e o descortinamento de um problema tão sério que é naturalizado e impacta em questões de igualdade de direitos ao exercício pleno das atividades laborais”, finaliza a autora do estudo.

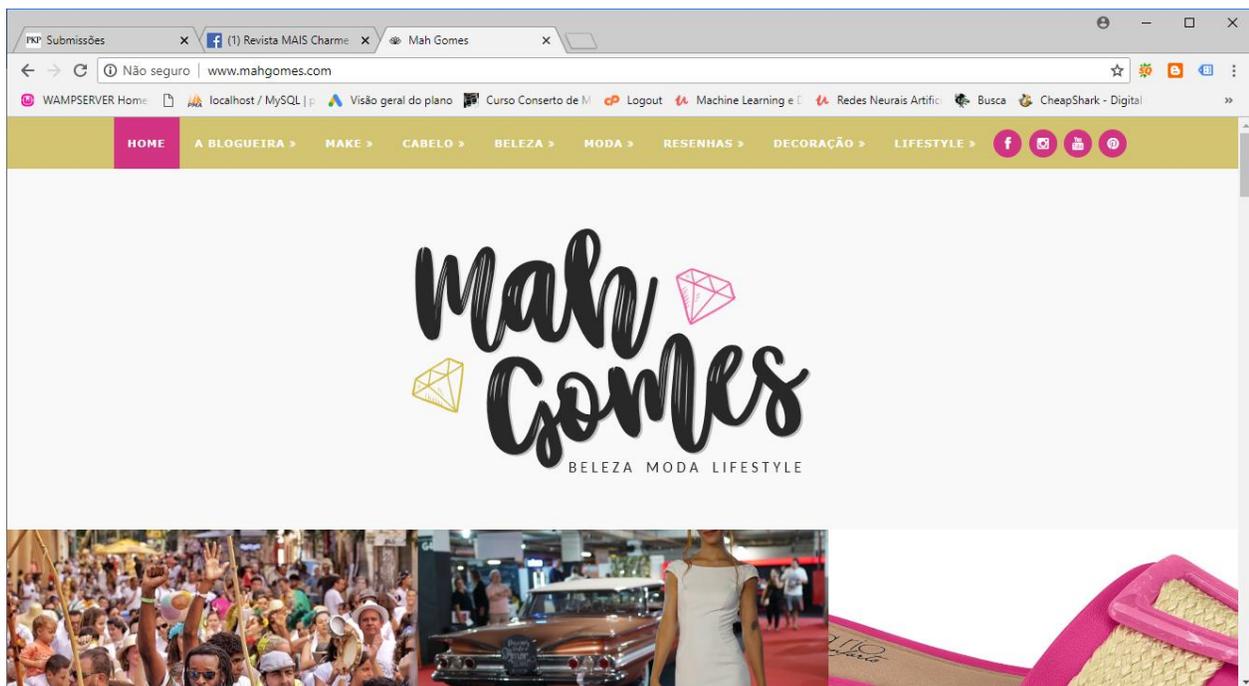
Agência Conecta
Marina Guedes
11 2376-0589
www.conectagencia.com.br

O trabalho de Assessoria de Imprensa trouxe publicações como o da figura 10, divulgada no portal da blogueira Mah Gomes.

Público: AB, Feminino, frequentadores da região do Grande ABC.

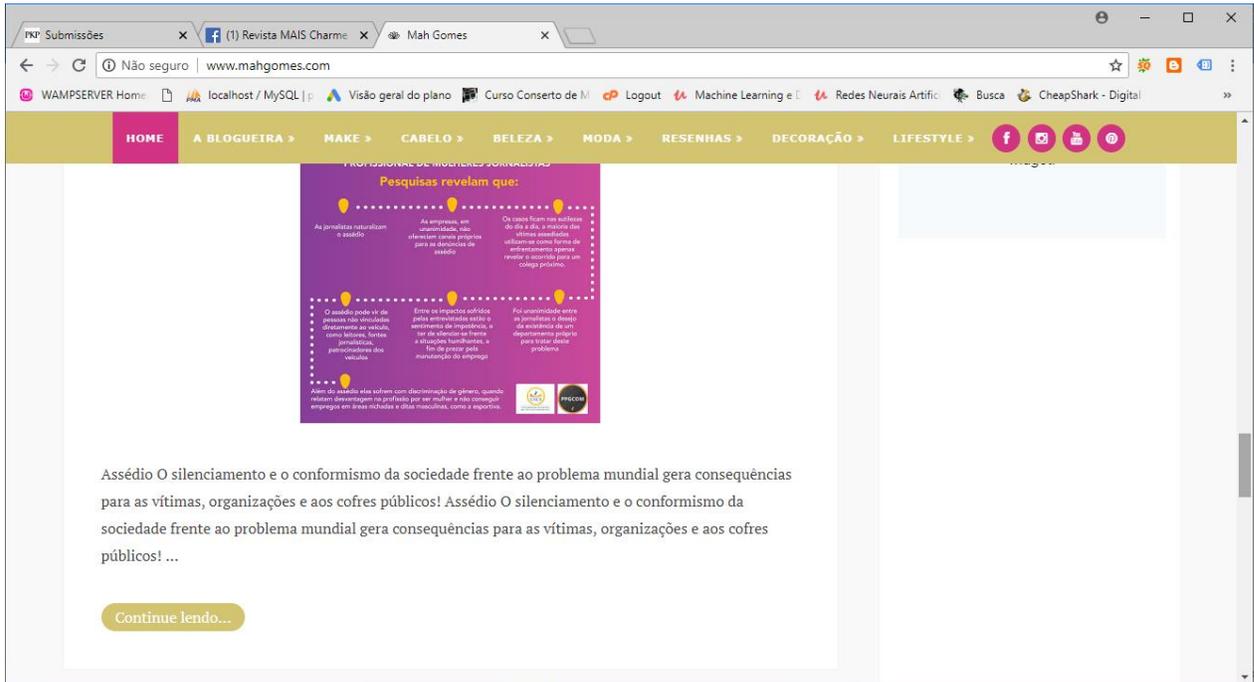
Visualização de página 7 mil.

Figura 10 – Portal da blogueira Mah Gomes



Fonte: Autora.

Figura 11 - Comentários



Fonte: Autora

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado das entrevistas com as jornalistas ratifica uma hipótese, ao revelar que o assédio sexual é uma prática frequente nas redações, naturalizada e só assume visibilidade em casos extremos, principalmente quando o caso ultrapassa a barreira da violência moral para a violência física.

Nesse contexto, estabelecemos como objetivo principal entender como o assédio sexual e a discriminação de gênero impactam a trajetória das mulheres no jornalismo. E, segundo a concepção de jornalistas que vivenciaram o problema - sofrer assédio sexual em seu ambiente de trabalho impacta em muitas formas, como no sentimento de depressão, culpa, vergonha, constrangimento e impotência. Além disso, a divisão sexual do trabalho, engendrada culturalmente pelo gênero, se revela nas narrativas das entrevistadas, impactando o exercício profissional à medida que funções diferenciadas por sexo se impõem em sua trajetória como jornalistas.

A maioria das jornalistas entrevistadas pelo presente estudo, quando se depararam com situações de assédio, não tiveram respaldo das empresas as quais pertenciam. Também não encontraram canais oficiais da empresa para denunciarem os casos. Além disso, alegavam a inviabilidade da retaliação por parte da empresa ao assediador, porque, se tratavam, na maioria dos casos, de homens com prestígio político ou social, ou mesmo, entrevistados patrocinadores dos programas, comprometendo em suas qualidades de vida, dentro do ambiente corporativo, já que, por vezes, tiveram de suportar, em silêncio as investidas desses homens com receio de perderem o emprego.

As empresas, em unanimidade, não ofereciam canais próprios para as denúncias de assédio, tendo que as vítimas procurarem o departamento de RH, que em todos os casos, não se demonstraram preparados para assumirem as demandas das jornalistas que sofreram assédio, embora uma delas tenha demitido o funcionário assediador e se esforçado em promover o debate interno acerca da temática. Entre as empresas estavam um dos maiores veículos de comunicação do Brasil, entre outras emissoras de porte menor.

Além disso, não foram encontrados trabalhos acadêmicos que tratam da importância de se ter um departamento próprio nas redações para tratar das questões de assédio nas relações de trabalho, seria uma importante contribuição pesquisas nessa esfera, uma vez que os números de vítimas de assédio são alarmantes em nossa sociedade atual.

Foi unanimidade entre as jornalistas o desejo da existência de um departamento próprio para tratar deste problema e contendo apenas mulheres para o seu atendimento. Elas acreditam que se sentiriam mais compreendidas e menos constrangidas.

A pesquisa também mostrou que quando a mulher sofre o assédio e procura os órgãos públicos, como delegacia da mulher, acaba encontrando mais um problema pela frente, com despreparo no atendimento, o que leva às mulheres ao sentimento de uma maior injustiça social.

Os resultados mostraram também que a forma de enfrentamento dessas mulheres fica nas sutilezas do dia a dia, a maioria das vítimas assediadas utilizam-se como forma de enfrentamento apenas revelar o ocorrido para um colega próximo ou acionar a família.

Não foram encontrados estudos que relatassem os impactos que o assédio sexual promove na vida das jornalistas que vivenciaram o problema, esse estudo portanto, consegue contribuir ao apresentar os impactos sofridos pelas entrevistadas. Entre eles estão, principalmente, a desesperança, já que em repetidas vezes as jornalistas revelam uma percepção relacionada de que não se pode fazer nada, se denunciar alguém que patrocina o veículo de comunicação, por exemplo, seu cargo, certamente estará em jogo, como informado nas situações vividas em mais da metade dos relatos.

Ainda sobre o impacto na carreira, algumas entrevistadas se sentem em desvantagem na profissão por ser mulher e não conseguir empregos em áreas nichadas e ditas masculinas, como a esportiva. As jornalistas também revelaram sentir a necessidade de se esforçar mais do que os homens para galgar o seu espaço na profissão. Além de uma das entrevistadas afirmar que mulher no ambiente televisivo

tem de “aceitar algumas coisas”, além de necessitar do famoso “teste do sofá” para ascender na carreira.

Assim, respondendo à pergunta problema: Como a vivência de assédio sexual influencia a trajetória das mulheres no jornalismo, segundo a concepção das jornalistas que vivenciaram o problema. Os relatos nos levam a concluir que o assédio sexual impacta diretamente na trajetória profissional dessas mulheres, suas percepções sobre o problema social têm raízes na naturalização das desigualdades de gênero que, embora sejam reconhecidas, não se vislumbram ações que possam pôr fim à prática dessa violência.

A limitação do estudo compreende na falta de resultados encontrados sobre modelos adotados por empresas de comunicação que representasse formas de combate ao assédio. E pela escassez de estudos que apontem as consequências práticas e psicológicas dessa vivência por parte das jornalistas assediadas.

Portanto, fica uma perspectiva para que o assunto seja mais debatido na esfera pública.

REFERÊNCIAS

- ADORNO JÚNIOR, H. L. Assédio moral no ambiente de trabalho. **Revista Universitas**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 53-67, 2009.
- ARAÚJO, M, F. Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação, **Psicol. Am. Lat.**, v. 45, n.14, México, out, 2008.
- Assédio sexual e moral está presente em quase 100% do ambiente de comunicação. **Jornal Metodista**, São Paulo, 14 set. 2018. Disponível em: <http://portal.metodista.br/noticias/2018/assedio-sexual-e-moral-esta-presente-em-quase-100-das-empresas-de-comunicacao>. Acesso em: 10 mai. 2019.
- Assédio sexual e moral está presente em quase 100% do ambiente de comunicação. **Portal Metodista de São Paulo**, 14 set. 2018. Disponível: <http://portal.metodista.br/noticias/2018/assedio-sexual-e-moral-esta-presente-em-quase-100-das-empresas-de-comunicacao>. Acessado em: 10 dez. 2019.
- ASSIS, C. Pesquisa inédita da Gênero e Número e da Abraji traz retrato do machismo no jornalismo brasileiro. **Gênero e Número**, 2017. Disponível em: <http://www.generonumero.media/pesquisa-da-genero-e-numero-e-da-abraji-traz-retrato-do-machismo-no-jornalismo-brasileiro/>. Acesso em: 02 fev. 2018.
- AZEVEDO, N. COELHO, R. VILELA. Sofia. **Assédio Sexual no Trabalho, Perguntas e Respostas**. Ministério Público do Trabalho. Brasília: MPT, 2017.
- BARROS, N.C. F; PALHANO, G. A. O movimento feminista brasileiro como agente na conquista dos direitos humanos das mulheres, **Multidisciplinary Journal**, Goianésia, v. 5, n. 1, mai/ago, 2018.
- BESSE, S.K. **Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil 1914-1940**. São Paulo: Editora USP, 1999.
- BLAY, E. Um caminho ainda em construção: a igualdade de oportunidades para mulheres. **Revista USP**, São Paulo, v. 49, n. 1, p. 82-97, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2003.
- BRUM, A.; CAPRARO, A. M. Mulheres no jornalismo esportivo: uma visão além do alcance? **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n. 4, p. 959-971, out./dez, 2015.
- BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

- CAMPOS, C. H. Lei Maria da Penha: necessidade de um novo giro paradigmático. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 10, jan., 2017.
- CANIATO, A. M. P; LIMA, E.C. Assédio moral nas organizações de trabalho perversão e sofrimento, **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 177-192, 2008.
- COMISSÃO PARA IGUALDADE NO TRABALHO E NO EMPREGO. **Assédio no trabalho: algumas consequências do assédio**, 2019. Disponível em: <https://assedio.cite.gov.pt/o-assedio-no-trabalho/algumas-consequencias-do-assedio/>. Acesso em: 10. nov. 2019.
- CONCEIÇÃO, A. C. L. Teorias feministas: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero. **RBSE**, Brasília, v.8, n.24, p.738-757, dez., 2009.
- CORRÊA, S. E. Comunicação digital: uma questão de estratégia e de relacionamento com públicos. **Revista Organicom**, São Paulo, v.2, n.3, p. 94-111, dez., 2005.
- DESOUZA, E.; BALDWIN, J. R.; ROSA, F. H. A construção social dos papéis sexuais femininos. **Psicol. Reflex. Crit.** Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 485 – 496, jan/ jun, 2000.
- DREZETT, J. Violência sexual contra a mulher e impacto sobre a saúde sexual e reprodutiva. **Revista de Psicologia da UNESP**, São Paulo, v. 2, n. 1, p.36-47., mai/ago, 2003.
- EINARSEN, S. The nature, causes and consequences of bullying at work: The Norwegian experience. **Pistes**, Australia, v. único, n. 1, p. 5 - 7, 2005. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pistes/3156>. Acesso em: 08 jan. 2019,
- FIGARO, R. Jornalismo e trabalho de jornalistas: desafios para as novas gerações do século XXI. **Parágrafo: Revista Científica de Comunicação Social da FIAM-FAAM**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 23-37, 2014. Disponível em: <http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002672767.pdf>. Acesso em:10 ago. 2019.
- FIGARO, R Atividade de comunicação e trabalho dos jornalistas, **revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós**, Brasília, v.16, n.1, jan./abr. 2013
- FILHO, R. P.; JUNIOR, A. L. et al. Noções Conceituais sobre assédio moral na relação de emprego. **JusBrasil**, 2006. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/8838/noco-es-conceituais-sobre-o-assedio-moral-na-relacao-de-emprego>. Acesso em: 12 nov. 2018.
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2009.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. São Paulo: editora Graal, 1984.

FREITAS, M. Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações. **RAE - Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 41, n. 2, p. 8-19, abr/jun, 2001.

FUKUDA, R. Assédio Sexual Uma releitura a partir das relações de gênero. **Revista Simbiótica**, n.1, v. único, 119-135, jun, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GLINA, D. M. R.; SOBOLL, L. A. Intervenções em assédio moral no trabalho: uma revisão da literatura. **Rev. bras. saúde ocupacional**. São Paulo, vol. 37, n. 126, p. 12- 24, jul/dez, 2012.

GLINA, D. M. R.; SOBOLL, L. A. Intervenções em assédio moral no trabalho: uma revisão da literatura. **Rev. bras. saúde ocup.**. São Paulo, v.37, n.126, jul/dez, 2012.

GUEDES, R. N. et al. Violência conjugal: problematizando a opressão das mulheres vitimizadas sob olhar de gênero. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 362-378, mar/jun, 2007.

GUEDES, R. N. FONSECA, R. M. G. S. A autonomia como necessidade estruturante para o enfrentamento da violência de gênero. **Rev. esc. Enferm.**, São Paulo, v.45, n. 2, p.1731- 1735, mar/jun, 2011.

HABERMAS, J. Espaço Público, um verbete de enciclopédia. **Problemata: R. Intern. Fil.** João Pessoa, v.3, n.2, p. 218-227, ago/dez, 2012.

HENN, L. G.; SCHERER, J., et al. Movimento feminista: “Mulheres na Universidade-GEEUM@”. **Revista Latinoamericana de Estudios en Cultura y Sociedad | Latin American Journal of Studies in Culture and Society**, Santa Catarina, v. 04, n. 02, maio/ago, 2018.

HIRATA, H.; LABORIE, F., et al. **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HIRATA, H. Globalização, Trabalho e Gênero, **Revista Políticas Públicas.**, Maranhão, v. 9, n. 1, p.111-128, jul./dez. 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Atlas da Violência (2018)**, Brasília, 2018.

KOÇOUSKI, K. I. M.; MATOS, H. **Comunicação pública**: interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo: ECA/USP, 2012.

KOFES, S. Categorias analítica e empírica: gênero e mulher: disjunções, conjunções e mediações. **XVIII Reunião da Associação Brasileira de Antropologia (ABA)**. Belo Horizonte, de 12 a 15 de abril, 1992, mesa-redonda intitulada: “Estudos de Gênero: a interdisciplinaridade no campo teórico e a subjetividade no campo metodológico”.

LAGARTE, M. **Gênero y feminismo: desarrollo humano y democracia**. México: editora Siglo Veintiuno, 2018.

LIPOVETSKY, G. **A Terceira Mulher**. Permanência e Revolução do Feminino. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LISBOA, T. K. Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Rev. Katálises**. Florianópolis, v.13, n.1, p.66-75, jan/jun. 2010.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

LUCENA, E. Vamos Falar de Assédio. **ESPN**, Rio de Janeiro, v. único, n.21, jan/jun. 2018.

MARTININGO, F, A.; SIQUEIRA, M., V. S. Assédio moral e gestão de pessoas: uma análise do assédio moral nas organizações e o papel da área de gestão de pessoas. **RAM. Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, v. 9, n. 5, pp.11-34, jan/jun, 2008

MATOS, H (Org). **Comunicação Pública, Interloquções, Interlocutores e Perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2013.

MELO, M. Assédio Sexual: um caso de institucionalidade por omissão. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, v. 36, n. 143, jul./set, 1999.

MIRANDA, C. Violência contra a mulher na mídia e os descaminhos da igualdade entre os gêneros. **Revista Observatório**. Palmas, v.3, n.6, p.445-464, out/ dez. 2017.

MORAES, MLQ, **Cidadania no Feminismo**. São Paulo: Contexto, 2003.

OLIVEIRA, M. E; BARBOSA, M, R. et al. **Atendimento às mulheres vítimas de violência sexual: um estudo qualitativo**. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2003.

Organização Pan Americana da Saúde. **Quase 60% das mulheres em países das Américas sofrem violência por parte de seus parceiros**, 2018. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_joomlabook&view=topic&id=496. Acesso em: 13 mai. 2019.

PAMPLONA FILHO, R. Noções conceituais sobre o assédio moral na relação de emprego. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, v. 11, n. 1149, ago, 2006.

Pesquisas sobre violência de gênero não existem no Brasil. **Jornal da USP**, São Paulo, 23 ago. 2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/pesquisas-sobre-violencia-de-genero-nao-existem-no-brasil/>. Acesso em:08 out. 2019.

PRIETO, R. I. Hostilidade, silêncio e omissão: o retrato do assédio no mercado de comunicação, 2017. **Grupo Planejamento**. Disponível em:

<https://grupodeplanejamento.com/2017/11/30/pesquisa-sobre-assedio-report/>. Acesso em: 13 mai. 2019.

Procuradoria Geral do Trabalho. **O ABC da violência contra a mulher no trabalho no Brasil**, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6369000128715>. Acesso em: 05 mai. 2018.

Quem é o jornalista brasileiro? Perfil da profissão no país, **Federação Nacional dos Jornalistas**, 2016. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/01/pesquisa-perfil-jornalista-brasileiro.pdf> Acesso em 10 mai. 2019.

REIS, D. A.; COSTA, L.N. Femicídio e Mídia: O assassino nunca é o único que mata. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação/ XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, 20., 2018. Juazeiro/BA, p. 1 – 15, 2018. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nordeste2018/resumos/R62-1412-1.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2018.

ROCHA, P. M. **As mulheres jornalistas no Estado de São Paulo**: o processo de profissionalização e feminização da carreira, 2004. 240 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

ROSA, A. G, et al. A violência conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem autor da violência. **Saúde soc**. São Paulo, vol.17, n.3, p.152-160, jan/jun, 2018.

ROSA, C. P. F. V. M.; ARNOLDI, C.G. A. M. **A entrevista na Pesquisa Qualitativa - mecanismos para validação dos resultados**. São Paulo: Autêntica, 2007.

ROSSETI, R. Categorias de inovação para os estudos em comunicação - categories of innovation for communication studies. **Comunicação & Inovação**. São Caetano do Sul, v.14, n.27, p.63-72, jul/dez, 2013.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**. Campinas, v. especial, n. 16, p. 115-136, 2001.

SANTOS, M.; Mateos, J. C. Mulheres no jornalismo contemporâneo: desafios das tecnologias digitais. **Comunicação & Inovação**, São Paulo, v. 20, n.1, p. 124-143, 2019.

SANTOS, M.; TEMER, A. Jornalismo no feminino: a mulher jornalista, subjetividades e atuação profissional. **C&S**. São Bernardo do Campo, v. 38, n. 3, p. 35-58, set/dez. 2016.

SANTOS, M; TEMER, A C R P, **Mulheres no jornalismo práticas profissionais e emancipação social**. São Paulo: Editora Casper Libero, 2018.

SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.2, p.264, mai/ago, 2004.

SCAVONI, L. Estudos de gênero: uma sociologia feminista?. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1., p. 288- 301, jan/abr, 2008.

SCHREIBER, H. I. B. Violência de gênero no Brasil atual. **Periódico CBFQ – Estudos Feministas**. 2005. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16177/14728>>. Acesso em: 31 mai. 2018

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. São Paulo, v. 20, n. 2, jan/jun, 1995.

SILVA, I. V.; AQUINO, E. M. L.; PINTO, I. C. M. Características psicométricas do Negative Acts Questionnaire para detecção do assédio moral no trabalho: estudo avaliativo do instrumento com uma amostra de servidores estaduais da saúde. **Rev. bras. saúde ocup.** [online]. São Paulo, v. 42, n. 2, p. 1-9., mar., 2017.

SILVEIRINHA, M. J.; SIMÕES, R.B. “As mulheres tentam compensar. o verbo ‘compensar’ é terrível, não é?” gênero e jornalismo em tempos de mudança. **ex æquo**, Coimbra, v.1, n. 33, p. 31-47. jun, 2016

SINTOMER, Y. Autour du livre de Pierre Bourdieu La domination masculine. **Travail, genre et sociétés**, França, v. 1, n. 1, p. 208-213, 1999.

SOARES, T. **Assédio moral no trabalho**: o contexto dos servidores da Universidade Federal de Santa Catarina. 2011. 281 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio – Econômico. Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2011.

SOARES, V. Empresas se mobilizam para combater o assédio sexual. **O Valor**, São Paulo, 19 mar. 2018. **Caderno Recursos Humanos**. Disponível em: <http://www.valor.com.br/carreira/5392785/empresas-se-mobilizam-para-combater-assedio-sexual>. Acesso em: 19 mar. 2018.

SOTTOMAYOR, M. C. A convenção de Istambul e o novo paradigma da violência de gênero. **ex æquo**, Coimbra, v. 1, n. 31, p. 105-121, jun. 2015. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/01/11/bfed1c72cc0eff5f76027203648546c5bbe9923c.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2018.

TEIXEIRA, M. Coletivo lança pesquisa sobre assédio sexual a jornalistas no trabalho, **Portal Imprensa**, São Paulo, 30 jan. 2019. Disponível em: <http://portalimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/81594/coletivo+lanca+pesquisa+sobre+assedio+sexual+a+jornalistas+no+trabalho>. Acesso em: 14 mai. 2019.

TEMER, A. C. R. P.; ASSIS, F.; SANTOS, M. Mulheres jornalistas e a prática do jornalismo de imersão: por um olhar sem preconceito. **Media e Jornalismo**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 75-90, 2014.

TILLY, L. A. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 1, n.3, p.28-62, jan/jun, 2007.

URQUIZA, M. A; MARQUES, D, B. Análise de conteúdo em termos de Bardin aplicada à comunicação corporativa sob o signo de uma abordagem teórico-empírica. **Revista Entretextos**, Londrina, v. 16, n. 1, p 115-144, 2016.

42% das Mulheres brasileiras já sofreram assédio sexual, **Datafolha - Instituto de Pesquisas**, São Paulo, v.18, n. 5877, 27 de maio 2018. Opinião Pública. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2018/01/1949701-42-das-mulheres-ja-sofreram-assedio-sexual.shtml>. Acesso em: 10 jul. 2018.

53% das adolescentes e jovens brasileiras convivem com medo diário de assédio, mostra pesquisa ActionAID. **ActionAID**, Rio De Janeiro, 30 jan. 2019. Disponível em: http://actionaid.org.br/na_midia/pesquisa-assedio/. Acesso em: 20 de fev. 2019.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

1. Me conte sobre sua trajetória profissional no jornalismo.
2. Alguma vez sentiu que o fato de ser mulher te deixou em condição de desvantagem na profissão?
3. Conte-me episódios dessa trajetória em que o fato de ser mulher fez diferença?
4. Em sua trajetória profissional como jornalista, você já vivenciou assédio sexual ou moral?
5. (Caso responda sim): Conte como isso aconteceu

6. Os demais colaboradores tomaram conhecimento do que estava ocorrendo?

7. Como reagiram a essa situação?

8. Como você enfrentou a situação?

9. Você procurou meios para enfrentar o assédio junto a empresa na qual atuava?
10. A empresa possuía algum canal para relatar casos de assédio?

11. Como a empresa se posicionou em relação ao caso?

12. Você teve conhecimento de outros casos de assédio nessa mesma empresa?

13. Naquela situação, do que você precisava para enfrentar o problema?

14. Que ações você acredita que a empresa poderia ter colocado em prática para que você pudesse enfrentar melhor a situação de assédio?
15. Como você se sentiu naquela situação de assédio?

16. Como você se sente hoje ao relatar essa história?

17. Você indicaria alguma colega jornalista para participar desta pesquisa?